



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARILENE FÉLIX

**FEMINISMO: PERMANÊNCIAS E DIFERENÇAS DE APROPRIAÇÕES NO
BRASIL NA PRIMEIRA E SEGUNDA ONDA**

Florianópolis/SC
Julho de 2016.

MARILENE FÉLIX

**FEMINISMO: PERMANÊNCIAS E DIFERENÇAS DE APROPRIAÇÕES NO
BRASIL NA PRIMEIRA E SEGUNDA ONDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura no Curso de História.

Orientadora: Profa. Dra. Joana Maria Pedro.

Florianópolis/SC
Julho de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, no LEGH, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Cristina Scheibe Wolff**, Orientadora e Presidente, a Professora **Mirian Alves do Nascimento**, Titular da Banca, e Professora **Janine Gomes da Silva**, Suplente, designadas pela Portaria nº24/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Marilene Félix**, subordinado ao título: “**Feminismo: permanências e diferenças de apropriações no Brasil na primeira e segunda onda**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Cristina Scheibe Wolff**, a nota final 8,5, da Professora **Mirian Alves do Nascimento**, a nota final 8,5, e da Professora **Janine Gomes da Silva**, a nota final; sendo aprovada com a nota final 8,5. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 13 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.a **Cristina Scheibe Wolff**

Prof.a **Mirian Alves do Nascimento**

Prof.a **Janine Gomes da Silva**

Candidata **Marilene Félix**

Cristina Scheibe Wolff

Mirian A. do Nascimento

Marilene Félix



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmica Marilene Félix, matrícula n.º 08265035, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Feminismo: Permanências e Diferenças de Apropriações no Brasil na Primeira e Segunda Onda, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 20 de Julho de 2016.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Janaína Fedeis".

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Escrever esse trabalho não foi fácil. Levou tempo, lágrimas, angústias e, por fim, satisfação pelo projeto desenvolvido. Demorou mais tempo do que eu pensei, mas finalmente consegui. Essa etapa da minha vida acadêmica está terminada. Mas não teria conseguido sem a ajuda de pessoas especiais, por isso, tenho que agradecer a elas toda a paciência e auxílio que foi de suma importância na minha jornada acadêmica.

Da minha mãe que, por muitas vezes, mesmo sem entender, me ajudou. Das minhas irmãs e meu cunhado por estarem sempre ao meu lado. Dos meus sobrinhos e afilhados amados.

Meus sinceros agradecimentos e amizade eterna a Tamy Amorim da Silva, a Mirian Nascimento, a Gleidiane de Souza por toda ajuda que me foi dada. Ao Hélio Medeiros por ter me ajudado em todas as horas.

Às minhas amigas e amigos pelo incentivo e apoio: Lucimari de Oliveira Siqueira, Cássila Cavaler Pessoa de Melo, Jurama Bergmann Vieira, Adriano Denovac. Aos amigos que conquistei nessa jornada: Ana Maria Verson, Musa Santos, Lidia Schneider Bristot e várias/os outras/os que enriqueceram minha vida.

A minha magnífica orientadora Joana Maria Pedro, por toda ajuda e pelos puxões de orelha que muito me ajudaram a dar um norte nesse trabalho, pela confiança e por acreditar em mim.

Enfim, agradecer a todas/os pelo amor, carinho e paciência.

Obrigada!

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar como as pautas da Primeira Onda e Segunda Onda Feminista, que emergiram respectivamente no final do século XIX e início do XX, bem como nas décadas de 1960 e 1970, foram apropriadas no Brasil. Observar como o contexto brasileiro, país de origem escravagista e patriarcal, além de sofrer com regime de exceção a partir da década de 1960, permitiu a mistura de pautas e o surgimento de outras demandas, principalmente política e educacional. Focalizar também as permanências e diferenças em relação ao que estava emergindo no hemisfério norte, nos países de origem do feminismo, além de observar como as pautas de reivindicações são interconectadas, de maneira diversa de como a historiografia do feminismo tem narrado. Para essa análise através da História Comparada, pretendo utilizar livros, jornais, excertos para identificar como as mulheres brasileiras se identificaram com os feminismos, suas estratégias e ações para construir pautas específicas e diferentes dos países nos quais surgiram as primeiras reivindicações feministas.

Palavras-chave: Ondas feministas. Feminismos. Lutas. Permanências. Diferenças.

ABSTRACT

This article aims at presenting how the lines of the First and Second Feminist Waves, which emerged, respectively at the end of XIX century and beginning of XX century, and also on 1960 and 1970 decades, have been appropriated in Brazil. The objective is also to observe how the Brazilian context, which is a country of slavery and patriarchal origin, besides suffering with the exception regime starting on 1960 decade, allowed the mixture of goals and the appearing of other demands, mainly political and educational. We also focus on the permanence and differences related to what was emerging in the northern hemisphere, in the countries where feminism was born, besides observing how the goals of the demands are interconnected, in such diverse way on how the historiography of feminism has narrated. For this analysis through the Compared History, we intend to use books, newspapers, and excerpts in order to identify how the Brazilian women have identified themselves with feminisms, its strategies and actions in order to build specific and different lines in the countries where the first feminists demands originated.

Keywords: Feminist waves. Feminisms. Fights. Permanencies. Differences.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
CMB	Centro da Mulher Brasileira
ERA	Equal Rights Amendment
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FMB	Federação de Mulheres do Brasil
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
LEIM	Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NAWSA	National American Woman's Suffrage Association
NOW	National Organization for Women
NUWSS	National Union of Women's Suffrage Societies
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PRF	Partido Republicano Feminino
UNE	União Nacional dos Estudantes
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
WPSU	Women's Social and Political Union
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA NO MUNDO	15
1.1. Movimento sufragista: Inglaterra e Estados Unidos da América.....	16
1.2. Movimento Sufragista no Brasil.....	22
1.3. A Segunda Onda Feminista: além do voto	27
CAPÍTULO 2 – DOIS MOMENTOS, UMA HISTÓRIA: CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO.....	33
2.1. Primeira Onda.....	33
2.2. Segunda Onda.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
LISTA DE IMAGENS	60
FONTES	61
Jornais.....	61
Publicações, artigos e excertos.	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
Referências Eletrônicas	66

INTRODUÇÃO

“É muitas vezes a desigualdade numérica que confere esse privilégio: a maioria impõe sua lei à minoria ou a persegue”.

(Simone Beauvoir, Segundo Sexo I, p.12)

Ao ingressar no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) tomei conhecimento de várias pesquisas a respeito do feminismo e das questões de gênero. Principalmente ao fazer parte de um projeto denominado *Do feminismo ao gênero: circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960- 2008)*, coordenado pela Pesquisadora e Historiadora¹ Joana Maria Pedro, no qual surgiu o interesse em pesquisar como o feminismo foi apropriado na região do Cone Sul.

Em princípio me propus a pesquisar as “apropriações” do feminismo no Cone Sul, mais precisamente no Brasil e Uruguai, no intuito de conhecer melhor a história do feminismo nesses territórios - a palavra apropriação é usada nessa pesquisa com o significado de adaptação do discurso feminista norte americano e europeu para o contexto dos países do Cone Sul. Esses discursos foram transformados e se constituíram em outras formas de pensar o feminismo, já que o Cone Sul seguiu, em diversos momentos de sua história, o modelo oriundo dos Estados Unidos e Europa, porém adaptados aos contextos e especificidades de cada país. Especialmente, a partir da década de 1960, uma vez que tais países viveram sob a égide de regimes autoritários durante as décadas de 1960 a 1980, viu-se a possibilidade de estes fatos terem contribuído para assimilações distintas do ideário feminista. Todavia pela abrangência e pelo limite imposto pela história e pela cultura desses países, optei por delimitar a pesquisa e tratar somente da absorção do feminismo vindo do exterior no contexto brasileiro.

A história do feminismo tem sido dividida em períodos, muitas vezes chamados de “ondas”, as quais são identificadas com certas pautas de luta. Os movimentos de luta pelo voto e de outros direitos civis para mulheres, do final do século XIX e início do século XX, costumam ser chamados de “Primeira Onda”. O feminismo que ressurgiu entre as décadas de 1960 e 1970 e que lutou pelo direito ao corpo e ao prazer costuma ser chamado de “Segunda Onda”. Muitas vezes, de acordo com a Pesquisadora e Professora de Literatura Brasileira

¹ Vale ressaltar que irei utilizar nesse trabalho a letra maiúscula ao escrever sobre as profissões das mulheres aqui descritas para destacá-las, já que, foram e são mulheres que lutaram e lutam por um ideal.

Constância Duarte²esses movimentos ficavam relegados à notas de rodapé ou em bibliografias específicas sobre o assunto. Enfim, as lutas feministas não tinham ganho muito espaço na historiografia. Nos livros, artigos e debates sobre esse tema, a impressão passada pelas discussões é que os dois movimentos chamados de Primeira Onda e Segunda Onda Feministas são desvinculados entre si. Que cada um tem suas próprias características, suas próprias pautas, suas próprias lutas. Portanto, é nesse trabalho que pretendo discutir uma nova maneira de observar esses dois movimentos que envolveram e atingiram várias mulheres mundialmente. Pretendo mostrar que as pautas das ondas citadas acima são interconectadas. Talvez não consiga atingir todos os aspectos que permeiam esses movimentos, mas vou procurar, nesse trabalho, discutir alguns aspectos que julgo relevantes para o debate de tal tema e, assim contribuir com a história do feminismo.

Para esse trabalho, utilizarei a metodologia da “História Comparada”, que é marcada pela complexidade, já que são dois campos, duas maneiras de observar realidades diferentes, conforme declara o historiador Dr. José D’Assunção Barros³. Pois pretendo observar o movimento feminista que abrange ideologias de cunho social, político e econômico imbricadas na luta pelos direitos das mulheres, que emergiram em períodos diferentes da história. Através da História Comparativa, analisarei ainda as apropriações das pautas do feminismo no caso brasileiro; as categorias “apropriação” como já dito anteriormente, o “feminismo” e o “gênero” que são imprescindíveis para a temática do trabalho, além das categorias “patriarcado” e “elite”.

As categorias “feminismo” e “apropriação” são fundamentais, pois são elas que permeiam a discussão da pesquisa. Ao utilizar a noção de apropriação - que conforme o historiador Roger Chartier, “[...] tem por objectivo uma historia social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas praticas específicas que as produzem” [sic]⁴, ou seja, a maneira de apropriação dos objetos e de suas formas produz usos e significações diferenciadas⁵, promovem novos pensamentos e questões sobre o feminismo brasileiro em relação aos países como os Estados

² Duarte, Constância Lima. Feminismo e literatura: discurso e história. O Eixo e a Roda: **Revista de Literatura Brasileira** 9 (2003): 195-219. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3167>. Acesso em: 01 dez. 2015., p. 152.

³ BARROS, José D’Assunção. História Comparada- um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. V.1, n. 1, jun/2007, p. 2; BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.

⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 26.

⁵ CHARTIER, Roger. Comunidades de leitores. In: **A Ordem dos Livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 12.

Unidos da América e de países Europeus, a partir dos quais se disseminou tal ideário - significa que estou entendendo que no Brasil, tanto o feminismo de Primeira Onda como o de Segunda Onda foram recriados, tiveram originalidade própria ao estarem imersos no contexto deste país. Portanto, esta apropriação do ideário feminista se constituiu em novas ideias e práticas.

A categoria feminismo é permeada por dois pressupostos de luta: pela libertação das mulheres e pela igualdade entre mulheres e homens; o patriarcado por sua vez, refere-se à dominação do homem sobre seus familiares ou subordinados, ou seja, exercer poder na esfera privada e pública. Logo, essas categorias de análise são imprescindíveis para as questões das mulheres e das pautas feministas.

Como dito anteriormente, entre as pautas da Primeira Onda se destacava a luta pelo voto, já na Segunda Onda as mulheres priorizavam o direito ao corpo e ao prazer. Assim, ao pensar nas questões principais dessa pesquisa ponderei: o que é importante observar nas duas ondas? Quais são as maneiras apropriadas de observá-las? Para “*dar conta*” a respeito dessas indagações, inicialmente, analisarei a questão em nível mundial, já que esses dois momentos da história das mulheres estão ligados pelos eventos ocorridos no hemisfério norte, principalmente nos Estados Unidos da América, na Inglaterra e na França, para posteriormente analisar como foram apropriadas tais pautas no Brasil, apesar de toda a especificidade deste país culturalmente patriarcal e de origem escravagista.

Outra questão, a meu ver, primordial para a continuidade do trabalho, é que esse estudo parte do pressuposto de que as questões feministas do final do século XIX e início do século XX no Brasil não foram encerradas, mas transformadas, apropriadas e que (re)surgiram no contexto da ditadura, época de cerceamento das liberdades nas décadas de 1960 e 1970. Por isso, ao utilizar principalmente o campo da historiografia comparativa, pretendo expor, na medida em que este estudo possibilite, a história feminista como uma história com altos e baixos, um movimento sempre em movimento⁶.

As fontes utilizadas para esse trabalho são as teses, artigos, livros, jornais e excertos – retirados de livros que descrevem a vida e obra de mulheres que lutaram pela emancipação feminina tais como o livro de Rachel Soihet *O Feminismo Tático de Bertha Lutz* - com o objetivo de perceber que não há uma ruptura, mas uma conexão entre as ditas ondas feministas, para um diálogo com algumas/ns autoras/es que deram como encerrada a luta da Primeira Onda no momento da conquista do voto feminista em 1932 no Brasil e passaram a

⁶ TORRES, Maximiliano Gomes. Desafios do feminismo: um movimento sempre em movimento (teoria, prática e política). **Casa de Machado - Revista do Departamento de Letras**, v. 1, p. 96-123, 2011.

ressaltar o movimento feminista da década 1960 e 1970, a meu ver, esquecendo as conquistas do feminismo anterior.

Para essa pesquisa utilizei especificamente os jornais *O Sexo Feminino* que começou a circular em 1873, na cidade da Campanha em Minas Gerais e o *Quinze de Novembro de Sexo Feminino* publicado a partir de 1887 no Rio de Janeiro, no intuito de saber como essas mulheres da Primeira Onda percebiam as questões feministas para comparar com os jornais *Brasil Mulher*, publicado em 1975 a 1979 e *Nós Mulheres*, publicado de 1976 a 1978 em São Paulo, dentre outras publicações.

Segundo Joana Maria Pedro, o ressurgimento, no Brasil, do feminismo na década de setenta, tem sido narrado como resultado do fato de que a Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher “[...] e com o início da Década da Mulher, aconteceu no Brasil o ressurgimento do movimento feminista ‘organizado’.”⁷, Mas, o movimento já era conhecido no Brasil, no final do século XIX, pois, as mulheres se colocavam a favor de algumas pautas como o direito a ler e escrever, direito ao aborto e à contracepção e principalmente pelo direito ao voto.

O contexto vivido pelas brasileiras mostra que as reivindicações feministas, no período da Primeira Onda e Segunda Onda, eram interconectadas, fato esse expresso na fala da Professora e Historiadora Rachel Soihet e da Historiadora Flávia Cóprio Esteves:

... observa-se a luta das feministas pelos direitos sociais, em termo de leis de proteção ao trabalho feminino, no tocante às questões da discriminação sexual, da licença-maternidade, de igualdade salarial. No entanto, novas questões foram apresentadas em suas pautas de reivindicações distintas daquelas de feminismos anteriores, expressando o momento histórico em que estavam inseridas.⁸

Portanto, esse trabalho tem como principal objetivo pesquisar como as ondas feministas foram apropriadas no Brasil, que permanências e diferenças se efetivaram no final de século XIX e início do século XX e nas décadas de 1960 e 1970, utilizando para esse fim, a metodologia da História Comparada, tomando certos cuidados, já que, conforme José D’Assunção Barros⁹, pois são dois campos, duas maneiras de observar realidades diferentes, procurando similaridades e destacando as diferenças.

⁷ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 249, 2006, p. 252.

⁸ SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cóprio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia: (1964-....)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil 3).

⁹ BARROS, 2007, Op. Cit., p. 2.

No primeiro capítulo procurei focar o contexto mundial no qual o feminismo emergiu, principalmente, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América e abordando a França em alguns momentos. Esse capítulo foi dividido em subcapítulos para abordar o movimento sufragista, pois nesse momento a luta das mulheres era, principalmente, focada na luta pelo voto, mas sem esquecer como as mulheres perceberam sua condição ao comparar com outros movimentos que estavam emergindo no período como o questionamento da escravidão. E como essas pautas feministas que estavam emergindo no hemisfério norte foram apropriadas pelas brasileiras e pelos brasileiros através de leituras de livros e jornais, em uma utilização das mesmas táticas empregadas pelas mulheres no exterior. Mas elas também perceberam que, no caso brasileiro, haviam especificidades que precisavam ser abordadas como a questão da educação básica. No subcapítulo sobre a Segunda Onda também abordo a questão dos movimentos contestatórios e sobre as entidades que emergiram nesse período, além de contextualizar os livros importantes para as questões das feministas sobre a opressão das mulheres a partir da década de 1960.

No segundo capítulo desse trabalho procurei verificar a apropriação do feminismo pelas mulheres brasileiras, utilizando primeiramente o contexto histórico do país bem como as formas de apropriação da Primeira Onda e da Segunda Onda Feministas.

Nas considerações finais desse trabalho estabeleço as diferenças e permanências do feminismo no Brasil, fazendo as devidas comparações desse movimento com os que haviam emergido nos países do hemisfério norte e a comparação da Primeira e da Segunda Onda no contexto brasileiro.

CAPÍTULO 1: SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA NO MUNDO

Segundo os dicionários consultados¹⁰, a palavra “movimento” significa circulação, variação, agitação. Fazendo jus a essa definição, o feminismo como movimento atingiu várias partes do globo, alcançou mulheres e homens, alguns com mais intensidade que outros, fazendo-as/os refletirem sobre suas relações. Agitou e mudou vidas e condutas pré-estabelecidas, fez emergir questionamentos e lutas contra o patriarcado e outras formas de opressão.

Segundo boa parte da bibliografia consultada, existiram dois momentos na história em que essas lutas estiveram em evidência: no final do século XIX e início do século XX e durante as décadas de 1960 e 1970. Esses períodos foram demarcados por ondas, denominadas Primeira Onda e Segunda Onda feministas que demonstram o apogeu da luta das mulheres contra a opressão patriarcal. A primeira onda teria emergido no final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos da América e, reivindicava direitos sociais e políticos para as mulheres. Já a de segunda onda, a partir da década de 1960, buscava autonomia sobre o corpo e o direito ao prazer para elas.

As lutas feministas da chamada primeira onda não têm uma origem específica. Pode-se designar uma luta individual ou coletiva, porém, vários estudos apontam o feminismo como uma série de eventos que visavam estender para as mulheres, geralmente de classe média e abastadas, os direitos políticos, civis e econômicos, princípios que estavam em voga desde a Revolução Francesa (1789). Essas demandas ficaram mais evidentes quando as mulheres passaram a requerer seus direitos, principalmente políticos (de votar e ser votada) no final do século XIX e início do século XX. Segundo, a Professora Zahidé Lupinacci Muzart¹¹, o sufrágio “[...] foi a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres e nele se engajaram, em geral, todas as mulheres que se destacaram nas ciências, nas letras e nas artes.” Para essas mulheres e/ou movimentos que iniciaram essa discussão, o sufrágio teve início em 1848 nos Estados Unidos com a Convenção dos Direitos da Mulher¹². Na Inglaterra, o direito

¹⁰ MICHAELIS. Dicionário Escolar Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008; DICIO. Dicionário Online de Português. <Disponível em: <http://www.dicio.com.br/movimento/>>, Acesso em 08/03/2016; MICHAELIS. Dicionário de Português Online. <Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>> Acesso em 08/03/2016; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 4ª Edição. Curitiba: Editora Positivo, 2009, p. 1367

¹¹ MUZART, Z. L. (Org.); Coelho, Mariana (Org.). Mariana Coelho: **A evolução do feminismo**: subsídio para sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Governo do Paraná, 2002. v. 1. p. 16.

¹² ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, p. 45.

de votar e ser votada dividiu as feministas em pacifistas e *suffragettes*. As primeiras requeriam direitos de forma mais pacífica, enquanto as segundas passaram a causar danos em propriedades para chamar a atenção do governo para suas reivindicações. Essa luta pelo direito ao voto foi alcançada em 1918 na Inglaterra; e em 1920 nos Estados Unidos da América. Esse movimento, como uma pedra jogada em um lago¹³, provocou ondas de questionamentos sobre a situação das mulheres foi propagando por todo o globo e refletiu em outros países, como, por exemplo, no Brasil, onde o sufrágio feminino foi outorgado em 1932. Ele teve seu ressurgimento a partir da década de 1960 e seu auge na década de 1970, com pautas consideradas de foro íntimo, como direito ao corpo e ao prazer.

Movimento sufragista: Inglaterra e Estados Unidos da América

A Historiadora Lynn Hunt, no seu livro *A Invenção dos Direitos Humanos*¹⁴, descreve que esses direitos possuem uma longa história de luta até serem declarados. Grupos excluídos do cenário político, social e cultural do mundo, como as mulheres e as pessoas escravizadas, por exemplo, tiveram que conquistá-los. O porquê dessa situação? Porque, como afirma esta autora, os direitos humanos não eram auto evidentes e, nem todos os seres humanos, em todas as regiões, eram considerados possuidores desses direitos. Por isso, a partir do século XVIII, no auge das duas grandes revoluções, Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789), esses grupos considerados minoritários começaram a requerer igualdade, principalmente política, apregoada nessas revoluções.

As pessoas escravizadas aos poucos conquistaram alguns direitos (ex: a liberdade), já que havia diversos abolicionistas que se encarregaram de promover essas discussões nas arenas políticas no século XVIII. As mulheres, no entanto, tiveram seus direitos mais intensamente discutidos somente no final do século XIX. Lynn Hunt aponta esse contraste porque esses “[...] direitos [...] estavam claramente mais abaixo na escala de ‘conceptibilidade’ do que os de outros grupos”.¹⁵ Para ela, as “[...] mulheres não tinham sido objeto de guerras de panfletos, competições públicas de ensaios, comissão do governo ou

¹³ PEDRO, Joana Maria Pedro. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

¹⁴ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁵ Lynn Hunt descreve os grupos minoritários como os sem direitos políticos como dos escravos, das minorias religiosas, etc. incluindo as mulheres. Ver: HUNT, Lynn. 4º “Isso não terminará nunca”. In: *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p. 146-176.

organizações de defesa especialmente organizadas [...]”.¹⁶ Porque, ao contrário das minorias que tiveram grupos e movimentos em prol de seus interesses, como foi o caso das pessoas escravizadas, as mulheres exerciam alguns direitos ainda que limitados pelas vontades de uma lógica patriarcal¹⁷.

Contudo nos Estados Unidos da América, França e Inglaterra, essa prática mudou quando elas, na sua maioria mulheres brancas de classe média e alta, se envolveram na luta em prol da liberdade das/os negras/os escravizadas/os, perceberam que os ideais revolucionários americanos e franceses não eram estendidos a elas. O movimento feminista, ainda incipiente, foi tomando forma, se organizando, abrindo espaço para questionamentos e para a busca por seus direitos. Nesses países, o movimento feminista emergiu junto à luta pelo abolicionismo e estava intimamente ligado aos protestos e às campanhas pela liberdade de mulheres e homens escravizadas/os, migrando aos poucos para uma luta ferrenha pelos direitos políticos, especificamente o direito de votar e ser votada, através dos quais as mulheres perceberam ter mais chance de igualdade com os homens.

No movimento abolicionista, as mulheres perceberam que não eram somente as mulheres e homens escravizadas/os que não tinham direito à voz, à liberdade, e que elas mesmas não podiam exercer a plena cidadania apregoada pelos ideais revolucionários em voga no momento. Era reservado a elas, apesar de estarem um nível acima das pessoas escravizadas¹⁸, a falta de liberdade, a impossibilidade de expressar suas convicções políticas e sociais, falar, discursar e dar opiniões em público. Segundo Branca Moreira Alves:

Para as mulheres abolicionistas, a libertação do negro iria *pari passu* com a libertação da mulher. Foi a reprovação e a resistência encontradas à sua participação pública a favor da abolição que as convenceu de sua própria sujeição. Participando pela primeira vez do processo de organização política, sentiram bem clara a sua exclusão e compreenderam que não poderiam influir nos centros de decisão enquanto não representassem uma força eleitoral. No movimento abolicionista aprenderam a reconhecer seus interesses e se organizar para defendê-los.¹⁹

Essa participação que a Historiadora Branca Moreira Alves se refere aconteceu em Londres no ano de 1840. Durante a realização da Convenção Mundial contra Escravidão, as representantes estadunidenses, foram impedidas de darem opiniões, restando para elas serem

¹⁶ HUNT, Op. Cit., p. 169.

¹⁷ Idem, p. 169.

¹⁸ Conforme Lynn Hunt, as mulheres tinham alguma autonomia, mas com vigilância constante. As pessoas escravizadas não tinham sequer essa autonomia. Ver: HUNT, Op. Cit., p. 169 e 170.

¹⁹ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis (RJ), 1980.p. 67.

meras expectadoras²⁰. Tal procedimento dos realizadores e participantes da Convenção gerou uma onda de indignação, possibilitando na proposta da 1ª Convenção dos Direitos da Mulher, realizado pelas:

[...] americanas Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, [que] decidiram responder ao insulto ‘profundo e gratuito’, organizando, ainda que com um intervalo de quase uma década, a célebre Convenção de Seneca Falls. Dessa forma, o movimento feminista, com destaque para o norte-americano, nasceu sob o impulso da luta contra a escravidão de africanos e seus descendentes²¹.

Segundo a Historiadora e Cientista Política Andréa Lisly Gonçalves²², muitas/os historiadoras/os enfatizam essa 1ª Convenção dos Direitos da Mulher, realizado em *Seneca Falls*, Estados Unidos, nos dias 19 e 20 de julho de 1848, como marco da história do movimento feminista nesse país. Tal convenção resultou na Declaração dos Sentimentos²³, baseado na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, redigido por Elizabeth Cady Stanton e assinado pelos 32 homens que participaram do evento. As mulheres que participaram do encontro colocaram diversas questões em pauta²⁴ como o casamento, o divórcio, o emprego e a educação. É importante destacar que nesse primeiro momento, a luta pelo direito ao voto ainda aparecia de modo secundário em relação às demais demandas levantadas por elas ao longo dos anos.

Em 1848, lutar pela emancipação da mulher e reivindicar o voto feminino significava arrostar valores enraizados nos costumes e na tradição e dignificados pela religião, pela ciência, pela filosofia. Exigia, portanto, não apenas uma grande dose de coragem, mas a equivalente convicção e firmeza nos princípios da causa.²⁵

Branca Moreira Alves resumiu de forma didática como as mulheres e os simpatizantes das causas feministas se sentiram. Lutar contra valores e crenças não era, naquele momento, algo fácil de se fazer. Elas não só lutavam contra os valores incutidos desde o nascimento, mas também, contra todo um aparato de uma sociedade patriarcal, ou seja, os desafios eram estruturais e culturais. Mas aos poucos, com o envolvimento de grande parte de mulheres de classe média e alta, vindas de um mundo restrito e com mais possibilidades de inserção política pelos próprios privilégios de classe, foram aos poucos encaminhando e fortalecendo a reivindicação por uma pauta central, a luta pelo direito ao voto. Isso não significa que as

²⁰ GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte, 2006. Coleção História &...Reflexões.p. 6.

²¹ Idem, p. 6.

²² Idem, p. 4.

²³ <http://www.womensrightsfriends.org/1848.php>

²⁴ GONÇALVES, 2006, Op. Cit., p. 16.

²⁵ ALVES, 1980, Op. Cit., p. 78.

outras mulheres, por exemplo, da classe operária, não tivessem conhecimentos ou desejos por uma sociedade mais igualitária. Elas somente tinham outras preocupações, já que, muitas trabalhavam nas grandes fábricas e lutavam a favor de redução de jornadas, creche, etc. Muitas não se consideravam feministas, tanto nos Estados Unidos da América, na Europa, como em países da América Latina, por exemplo, Brasil e Uruguai, pois não se sentiam representadas e aceitas pelas mulheres de classe média e alta, como será descrito ao longo desse texto.

Nos Estados Unidos da América, a partir da década de 1860, houve uma separação dos ideais feministas e abolicionistas: as/os que lutavam pela libertação das pessoas escravizadas achavam que os problemas deste deveriam vir em primeiro lugar; as mulheres perceberam, então, a necessidade de lutar pelos seus direitos em separado. Através da utilização de argumentos para convencer a sociedade de seus ideais, bem como da defesa de seus pontos de vista, essas mulheres se utilizaram de métodos de luta baseados na organização de jornais e associações para difundir seu ideário.²⁶

Segundo Branca Moreira Alves²⁷, uma das principais associações, a *National American Woman's Suffrage Association* (NAWSA), com data de fundação em 1890, a partir do final do século XIX tornou-se mais conservadora. Nesta conjuntura, os Estados Unidos da América passava por uma série de conflitos em relação as/os imigrantes, e então essas mulheres que formavam a NAWSA se afastaram das concepções filosóficas dos direitos humanos e passaram a utilizar como estratégia utilitária, o reforço da importância do poder de decisão dos homens brancos, ou seja, afastando-se cada vez mais dos ideais de direitos universais como forma de requerer o direito ao sufrágio, e ainda deixaram de lado outras pautas feministas:

A argumentação sufragista passa das justificativas baseadas nas premissas filosóficas dos 'direitos humanos', para uma abordagem utilitarista, enfatizando o perigo do voto imigrante. As mulheres defendem-se já agora em termos pragmáticos, buscando convencer o homem branco de classe média de que seus votos viriam reforçar os dele, protegendo-o desta forma contra a onda alienígena representada por imigrantes recém-nacionalizados.²⁸

Outras associações foram criadas seguindo as diretrizes da NAWSA, ou seja, entendendo que o voto feminino era o meio de libertação das opressões sentidas pelas mulheres. Todavia, muitas delas não estavam contentes com o tom moderador da NAWSA,

²⁶ Para saber mais sobre esses jornais e principalmente sobre as associações ver ALVES, 1980, Idem, p.71.

²⁷ ALVES, 1980, Idem, p. 75-76.

²⁸ ALVES, 1980, Idem, p 76.

que não mais satisfaziam suas demandas políticas. Assim, divergindo totalmente do modo de pensar dessa entidade, foi criada por Alice Paul e Lucy Burns a *The Congressional Union* que utilizava as mesmas táticas da organização inglesa e seguia a linha mais radical, utilizando marchas, passeatas e panfletos para reivindicações perante o Congresso Nacional, ou seja, queriam resultados mais rápidos e eficazes e suas ações foram as mais diversas. Muitos reagiram de forma violenta em relação a essas mulheres que eram presas por “ousar” lutar pelo voto feminino e sair da posição de não cidadania.

Os métodos empregados por essas mulheres e os simpatizantes da causa sufragista finalmente tiveram êxito. Com a utilização de estratégias, seja na forma mais intensa e direta ou na forma mais conservadora e pacífica, conseguiram, então, que os Congressistas aprovassem a 19ª emenda constitucional na década de 1920 que estendeu o voto para todo o território estadunidense. Vale ressaltar que em alguns Estados o voto feminino já era aceito, mas somente em 1920 o voto foi ampliado para contemplar a todas/os, ou seja, a/o cidadã/o poderia votar independente do seu sexo.

Enquanto nos Estados Unidos e na França os ideais democráticos estavam sendo difundidos, as mulheres também começaram a se articular em torno dos ideais libertários e abolicionistas na Inglaterra. Destaco Mary Wollstonecraft (1759-1797), que inconformada com a falta de direitos civis e políticos reservados às mulheres, lançou em 1792 sua própria declaração: *Direito das Mulheres*, como já tinha sido feito por Olympe de Gouges (1748-1793) na França, em 1791, que lançou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, versão da *Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão* (1789), fato que custou-lhe a vida - foi guilhotinada por ousar reivindicar direitos para as mulheres.

Em meados do século XIX, o movimento feminista inglês teve características pacifistas no que concerne à luta pelo direito ao voto. Em 1847, antes da famosa Convenção em *Seneca Fall*, na Inglaterra, Anne Knight e mais sete mulheres iniciaram a primeira associação britânica com objetivo de promover o sufrágio feminino, a *Female Political Association*²⁹, nos moldes do pensamento de Mary Wollstonecraft, cuja ideia se baseava no direito universal de educação, direito que permitiria às mulheres visibilizar suas opiniões. Mas como as americanas, elas não conseguiam se distanciar dos pensamentos e dos costumes arraigados por toda uma vida. Então, durante muito tempo, tanto o movimento feminista inglês como o

²⁹ Para saber mais, ler o artigo de ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf>

movimento feminista estadunidense estiveram ligados ao processo de libertação das/os negras/os e por certo período seus próprios anseios ficaram em segundo plano.

Ao passar o tempo, as mulheres perceberam que em vários setores da sociedade o direito à cidadania estava sendo direcionado apenas aos homens e que elas precisavam lutar também pelos direitos políticos. O que ocasionou a emergência de associações de mulheres inglesas com o objetivo de conquistar o sufrágio no final do século XIX e início do século XX. Como a *National Union of Women's Suffrage Societies* (NUWSS) que foi criada por Millicent Fawcett (1847-1929) em 1897 - marco na história do movimento feminista inglês - e a *Women's Social and Political Union* (WSPU), fundada por Emmeline Pankhurst (1858-1928) e suas filhas, em 1903³⁰. Com objetivos iguais, mas com métodos diferenciados causaram grande comoção dentro do movimento feminista. De acordo com a Professora Maria Zina Gonçalves de Abreu, na Inglaterra, dois termos surgiram para distinguir as mulheres que lutavam pelo voto: as sufragistas e as *suffragettes*³¹. As primeiras utilizaram formas pacíficas e moderadas, seguindo os moldes da associação NUWSS³². Já o segundo tipo, utilizou formas mais agressivas para impor seus pontos de vistas conforme podemos ler abaixo:

[...] as sufragetes molestavam os políticos, interrompiam-nos e interrogavam-nos; desafiavam os deputados liberais; marcavam nos passeios os avisos de comícios e acções a serem levadas a cabo; partiam em bicicletas para divulgar as acções da WSPU pelos subúrbios londrinos; reuniam-se com as operárias às portas das fábricas na hora de almoço; produziam e encarregavam-se da distribuição da propaganda da WSPU por todo o Reino Unido.³³

Essas ações militantes mais diretas e radicais favoreceram a visibilidade da luta pelo sufrágio e influenciou, como no caso das americanas e mulheres de outros países, ao mostrarem, com essas ações, que as mulheres não eram sombras dos homens, ao contrário, podiam e deviam ter direitos iguais. As ideias difundidas pelas mulheres americanas e europeias tiveram eco, pois elas divulgaram seus ideais que foram apropriados em outros lugares, onde surgiram significados e foram rearticulados com lutas específicas travadas por mulheres e homens de várias partes do mundo, como aconteceu no Brasil.

³⁰ ABREU, 2002, idem, p. 461 -462.

³¹ ABREU, 2002, loc. cit.

³² ABREU, 2002, loc. cit. .

³³ ABREU, 2002, Idem, p. 462.

Movimento Sufragista no Brasil

O Brasil somente aprovou o direito ao voto feminino no ano de 1932, mas a demanda tem uma origem mais antiga no caso brasileiro. Para algumas autoras como Branca Moreira Alves e a Socióloga Jacqueline Pitanguy³⁴, a luta pelo voto começou no momento que a Professora Deolinda Daltro fundou o *Partido Republicano Feminino* (PRF) em 1910; para a Historiadora June Edith Hahner, algumas feministas no final da década de 1880 já levantavam essa bandeira. Para Constância Lima Duarte, a luta principal era pelo direito de ler e de escrever³⁵, com a utilização da literatura como veículo de protesto contra a forma de tratamento das mulheres.

Assim como em algumas outras sociedades ainda patriarcais, a discussão sobre seus direitos não era explícita, contudo algumas mulheres conscientes conseguiram vencer essa barreira e travaram abertamente a luta pelos direitos das mulheres com a utilização principalmente da imprensa³⁶, com a exigência de uma educação para além dos ensinamentos das tarefas domésticas, para o aprimoramento das brasileiras já desde a metade do século XIX.

Para ilustrar esse momento da defesa da educação e do voto, destaco a Professora Josefina Álvarez de Azevedo que, em 1878, escreveu uma peça teatral chamada *O Voto Feminino*:

A peça apropriava-se, numa linguagem cênica, do parecer negativo do ministro e também do artigo de um congressista favorável ao voto feminino (provavelmente Lopes Trovão) para criticar duramente o ridículo da resistência masculina em aceitar a participação da mulher na vida política. Apresentando as duas posições, a favorável e a contrária às mulheres, a autora buscava transmitir a esperança pela existência de congressistas homens sensíveis às mudanças nos papéis sociais.³⁷

E que, segundo Constância Lima Duarte, foi posteriormente:

...publicada em livro, o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país. Ao longo do ano de 1877, ela havia viajado por vários estados, como Pernambuco, São Paulo e Bahia, fazendo palestras e divulgando seu jornal, enquanto lançava uma campanha nacional a favor do sufrágio. Nesta empreitada, conquistou tanto adeptas para suas causas, como inimigos rancorosos que a perseguiram implacavelmente através da imprensa.³⁸

³⁴ ALVES e PITANGUY, Op. Cit., p.47.

³⁵ DUARTE, 2003, Op. Cit., p. 152-153.

³⁶ Alguns jornais: *Jornal das Senhoras* (1852); *O Belo Sexo* (1873); *Eco das Damas* (1879); *A Família* (1888).

³⁷ SCHUMAHER, Maria Aparecida e BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 301.

³⁸ DUARTE, 2003, Op. Cit., p. 157.

Essa defensora do voto criou também o Jornal *A Família*, produzido no Rio de Janeiro, que conforme Constância Lima Duarte,³⁹ defendeu as questões das mulheres durante sua existência:

A família, jornal que dirigiu de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos. À frente do jornal, Josefina realizou um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto...⁴⁰

É possível observar como essas mulheres utilizavam os meios de informação, como os jornais, revistas, livros e os meios de entretenimentos como teatros para requerer visibilidade para as questões feministas, sejam pelo direito ao voto ou para a educação, como pode ser verificado no jornal *O Sexo Feminino* de 1873, quando este fala sobre a educação das mulheres:

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a literatura (ao menos a nacional e portuguesa), a philosophia, a historia, a geografia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa...[sic]⁴¹

Na sua ânsia por uma educação que iria além da preparação para as atividades doméstica, como pode ser observado pelo artigo acima, muitas mulheres exigiram, ao mesmo tempo, direitos na sociedade, apropriadas dos movimentos que estavam emergindo no exterior.

Como aconteceu em alguns países onde as pautas do feminismo estavam no auge, as brasileiras também se envolveram no movimento abolicionista, fato que possibilitou a percepção de sua subordinação na sociedade como descreve June Edith Hahner⁴²: “Embora algumas brasileiras tenham ajudado a campanha abolicionista, permaneceram em posições

³⁹ ALVES, 1980, Op. Cit., p. 91.

⁴⁰ DUARTE, 2003, Op. Cit., p. 204.

⁴¹ DINIZ, Francisca S. da M. A educação da mulher. **O Sexo Feminino**, Cidade da Campanha (MG), 07 Set. 1873. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 03 fev. 2016, p. 1.

⁴² HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 49.

secundárias e auxiliares.” As brasileiras, apesar da participação na luta pela abolição da escravidão, ainda não tinham conseguido se libertar da sua própria sujeição. Para elas a educação era mais importante do que os direitos políticos e somente a partir de 1889 essa forma de vivenciar as questões políticas foi vista com outros olhos por mulheres e homens.

Através de um golpe contra a monarquia, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892) que tornou-se presidente provisório do Brasil, foi proclamada a República Brasileira em 1889. Esse golpe foi apoiado por diversos setores elitistas da sociedade. O povo brasileiro, como sugere o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, assistiu a Proclamação da República “*bestializado*”⁴³, já que para esse autor a ideologia positivista inserida pelos novos governantes considerava a “*liberdade de pensamento*”, mas excluía os direitos políticos da maioria dos brasileiros.

Essa situação vivida pelas/os brasileiras/os ficou expressa no Congresso Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1890, para a elaboração da nova Constituição Republicana. Nesse Congresso diversas discussões foram colocadas em pauta, inclusive o voto feminino. As discussões foram intensas, a favor e contra estender esse direito político às mulheres, contudo, os deputados contrários ao voto feminino saíram vencedores. Ao final dessas disputas, a Constituição de 1891 foi aprovada com o seguinte texto: “Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”⁴⁴. Ou seja, as mulheres, mesmo as que tinham a idade para votar, foram excluídas do processo político brasileiro por causa do seu sexo. Contudo mesmo com esse obstáculo inserido na lei, elas perceberam um horizonte mais promissor nesse novo cenário republicano.

Mulheres como a Professora e jornalista Francisca Senhorinha da Motta Diniz, editora do jornal *O Sexo Feminino*, publicado entre os anos de 1873 e 1874, em Minas Gerais, e de 1875 a 1877, no Rio de Janeiro, que não vislumbrava benefícios no voto das mulheres⁴⁵, mudou essa visão depois da Proclamação da República. Ela alterou o título do jornal de *O Sexo Feminino* para *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, publicado entre os anos 1887 a 1889, no Rio de Janeiro, pois, percebeu que a emancipação das mulheres estava agora ao alcance de todas: “Hoje dizemos: a mulher quer a igualdade, esta será alcançada.”⁴⁶

⁴³ Para o autor o povo não teve participação no processo político que culminou na Proclamação da República.

⁴⁴ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de fevereiro de 1891). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acessado em: 03 fev. 2016.

⁴⁵ HAHNER, 1981, Op. Cit., p. 80.

⁴⁶ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *O Quinze de novembro. O Quinze de novembro do Sexo Feminino*. Rio de Janeiro, 15 dez. 1889. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 03 fev. 2016, p. 1.

Segundo June Edith Hahner, mulheres como Josefina Alveres de Azevedo e Francisca Senhorinha da Motta Diniz procuraram o voto como forma de melhorar a condição das mulheres dentro e fora do lar.⁴⁷ Ainda citando June Edith Hahner: “D. Josefina considerava o voto ponto crucial para as mulheres; dele dependia sua ‘elevação na sociedade’”⁴⁸.

Como essas divulgações através da imprensa e atuação de algumas mulheres que questionaram o artigo 70º da Constituição, por ser ambígua e não explicitar a negação do voto feminino e também por causa da forma de tratamento dado às mulheres, pessoas, grupos, partidos e associações se articularam com o objetivo de alcançar o sufrágio. Uma dessas pessoas foi a Professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) que, segundo Branca Moreira Alves, depois de ser rejeitado seu pedido de alistamento, tenta outra forma de persuadir os políticos e resolve trabalhar para que as mulheres tivessem direito ao voto, através da fundação de um partido e assim ressuscitar o debate no Congresso Brasileiro nos anos posteriores⁴⁹. Em 1910, juntamente com a Escritora e poetisa Gilka Machado (1893-1980)⁵⁰, funda o PRF, no Rio de Janeiro⁵¹, como já dito anteriormente. Outra organização de grande importância para o sufrágio feminino foi inaugurado pela Bióloga Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) e pela Professora Maria Lacerda de Moura (1887-1945), a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM) em 1921⁵², posteriormente chamada de *Liga pelo Progresso Feminino*. A diferença entre o PRF e a LEIM seria na postura e na forma de defesa dos direitos políticos de suas fundadoras.

Em países acima da linha do Equador, onde foram levantadas as primeiras bandeiras do feminismo, havia uma diferença entre o feminismo pacificado e o feminismo de confronto como já foi citado e o Brasil também seguiu essa tendência, expresso nas figuras da Professora Leolinda de Figueiredo Daltro e da Bióloga Bertha Lutz. A Professora Leolinda de Figueiredo Daltro vista como a *Pankhurst* brasileira⁵³, à frente do PRF, utilizava sua aproximação com os políticos para influenciar as decisões a respeito das mulheres através de atos como, por exemplo, passeatas. Já a figura da Bióloga Bertha Lutz, demonstrava uma

⁴⁷ HAHNER, 1981, Op. Cit., p. 82.

⁴⁸ HAHNER, Ibidem, p. 83.

⁴⁹ ALVES, 1980, Op. Cit., p. 95.

⁵⁰ Gilka Machado nasceu no Rio de Janeiro em 1893. Escreveu poemas eróticos, considerados por muitos como imoral. Participou e foi uma das fundadoras do PRF. Ver: SCHUMAHER, *op.cit.*, p.249-250.

⁵¹ KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). p. 398. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História – Linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

⁵² Maria Lacerda de Moura deixou logo depois a Liga, pois para ela, o grupo beneficiava somente algumas mulheres.

⁵³ A imprensa a identificava com as *suffragetes* e suas atividades contra a ordem públicas na Inglaterra.

tentativa de desvincular a luta pelos direitos políticos das mulheres, das lutas travadas pelas mulheres inglesas⁵⁴.

Ao contrário de Leolinda de Figueiredo Daltro, Bertha Lutz, por causa da sua importância na sociedade, foi recebida de forma mais condescendente e suas ideias recebidas com mais apreço, já que, propunha táticas consideradas benéficas feministas e distanciava-se das *suffragetes*. Recém-chegada ao Brasil, depois de anos estudando na Europa e tendo contato com as conquistas políticas através das organizações feministas, Bertha Lutz compreendeu que ainda faltava para as leis brasileiras absorverem a emancipação feminina. Contudo, percebe-se que as duas representantes da luta pelo sufrágio souberam usar muito bem a imagem e os contatos pessoais:

As figuras de Leolinda Daltro e Bertha Lutz são bons exemplos dos tipos de feminismo que circulavam na época. Embora ambas perseguissem o mesmo ideal de uma maior valorização do papel da mulher na sociedade – procurando cada uma com seu estilo de ação pressionar os políticos para atingir os seus objetivos e utilizar a imprensa para divulgar os seus atos -, o que as diferenciava era a forma como eram vistas pela sociedade da época.⁵⁵

Essa assimilação do feminismo pela sociedade pode ser entendida através da origem das protagonistas, Leolinda de Figueiredo Daltro e Bertha Lutz. Uma era de origem mais humilde e a outra foi um expoente da elite brasileira⁵⁶. O círculo que cada uma estava inserida ajudou na aceitação da luta pelo sufrágio na imprensa e na sociedade. Mais uma vez, a camada social mais abastada determinou o que é ou não aceitável.

A Primeira Onda Feminista, seja no exterior ou no Brasil, provocou mudanças e visibilidades significativas para as questões das mulheres. E apesar de uma desmobilização que aconteceu depois da conquista do voto, quando foi necessário as mulheres e os homens levantaram novamente a bandeira do Movimento Feminista para lutar por direitos.

As décadas de 1960-1970 foi marcada por uma intensa onda de contestação mundial e as mulheres não ficaram a margem desses eventos, ao requer a manutenção de direitos e lutando por outros ainda não conquistados como relatados a seguir.

⁵⁴KARAWAJCZYK, 2013, Op. Cit., p. 149.

⁵⁵KARAWAJCZYK, Idem, p.175.

⁵⁶Ibidem, p. 79

A Segunda Onda Feminista: além do voto

Nos Estados Unidos da América, depois da conquista do voto, algumas mulheres e homens ainda tentavam conquistar direitos iguais, através de uma emenda na Constituição chamada de *Equal Rights Amendment (ERA)*⁵⁷, o que provocou forte oposição de alguns setores do governo. Foi formada uma Comissão que promoveu um relatório para agilizar a aprovação dessa emenda, que resultou, segundo Ana Regina Gomes dos Reis, na criação de várias comissões em diversos estados⁵⁸:

Nelas, reuniram-se tanto mulheres que já eram ativistas e exploraram a oportunidade de trabalhar as questões feministas como mulheres que, expostas a estas ideias, passaram a se envolver com essa perspectiva. As comissões, pelos estudos e diagnósticos efetuados, evidenciaram a desigualdade em que viviam as mulheres e criaram a expectativa de que algo seria feito.⁵⁹

Esses amplos meios de questionamentos sobre as pautas das mulheres eclodiram na década de 1960, em um movimento chamado de *Libertação da Mulher*, apoiado por diversas publicações e manifestações como será relatado a seguir.

O cenário mundial era marcado pelos resquícios da *Segunda Grande Guerra*, cujo resultado mais duradouro se traduziu na tensão em níveis mundiais da chamada *Guerra Fria*: disputa pela hegemonia mundial entre duas grandes potências, Estados Unidos da América e a antiga União Soviética. Essa disputa favoreceu o clima de descontentamento e de contestação da ordem vigente, mas também a colheita dos frutos de um capitalismo próspero. Nesse momento ambíguo, dois livros importantes tornaram-se base para as questões feministas. O *Segundo Sexo* (1949) da Filósofa e escritora Simone de Beauvoir (1908-1986), influente até os dias atuais no movimento feminista, pois, “[...] é sem dúvida alguma uma das principais obras de referência nos estudos sobre mulher e relações de gênero”⁶⁰. Segundo a Professora e socióloga Heleith Saffioti, o livro de Simone Beauvoir provocou – e provoca até os dias de hoje - diversas reações sejam positivas, sejam negativas. Por exemplo, na França, após seu

⁵⁷ Proposta a primeira vez em 1923 pelo Partido Nacional das Mulheres.

⁵⁸ REIS, Ana Regina Gomes dos Reis. **Do Segundo Sexo à segunda onda**: discursos feministas sobre a maternidade. Salvador: 2008, p. 82-83.

⁵⁹ REIS, 2008, Idem, p. 83.

⁶⁰ MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Org.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. (Coleção Bahianas; v. 5). Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEIM FFCH/UFBA, 2000. Disponível em:

<<http://www.neim.ufba.br/site/publicacoes.php>>. Acesso em: 01/06/2012, p. 9

lançamento, recebeu críticas tanto da direita conservadora quanto da esquerda comunista, além de provocar vários debates levantados em revistas, nos meios intelectuais e políticos:

A mobilização contra O Segundo Sexo na França dirigiu-se precisamente aos temas referentes à sexualidade, à maternidade e às identidades sexuais, lamentando a invasão da literatura pelo “erotismo”. A direita e a esquerda comunista, através do sarcasmo e da ironia, fugiam de um debate mais sério. A polêmica, desta forma, confundia tudo, misturando temas como a contracepção e o aborto, às neuroses, vício e perversidade; a liberdade sexual, à licenciosidade e à libertinagem.⁶¹

A França, recém-saída da Segunda Guerra, recebeu o livro de Beauvoir com muitas discussões. O lançamento de um livro como o *Segundo Sexo* que coloca em xeque a família, a sexualidade e a condição feminina, promoveu discussões intensas, principalmente na ala mais conservadora da sociedade. Porém, muitas mulheres perceberam e se apropriaram das ideias de Simone de Beauvoir. A apropriação da leitura do *Segundo Sexo* provocou questionamentos e reflexões de mulheres descontentes com sua situação. E, foi nesse contexto que, especialmente na década de setenta, (res) surgiu esse segundo momento do feminismo, impulsionado em grande parte pela “*revolução sexual*”, pautado pela luta pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado, cuja palavra de ordem era “*o privado é político*”.

O outro livro importante para as questões feministas seria escrito pela Psicóloga, Jornalista e Escritora Betty Friedan (1921-2006), *A Mística Feminina*, publicada em 1963⁶². O livro trata, principalmente, o “*problema sem nome*” que atingia e atinge diversas mulheres que não conseguiam colocar em palavras o mal estar que as acometia. Apesar de ter uma temporalidade, o início da década de 1960, o livro continua sendo atual, pois ainda colocam em palavras os anseios das mulheres:

O sentimento de estar vazia, sentir-se incompleta, ter a impressão de não existir, sentir-se cansada e aborrecida, zangar-se facilmente com as crianças e o marido, chorar sem motivo aparente pontuava as angustiadas falas. O problema acabava, muitas vezes, por desaguar nos consultórios de médicos, psicanalistas ou era temporariamente driblado com a ajuda de tranquilizantes.⁶³

⁶¹ BORGES, Joana Vieira. **Para além do “torna-se”**: ressonância as leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil. Florianópolis. Dissertação (Mestre em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. 32-33

⁶² NASCIMENTO, Mirian A. Mulheres que militam e o uso das categorias feminismo, mulher, mulheres e relações de gênero (1975-2008). In: I **Seminário Internacional de História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis. ANAIS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. Florianópolis: UDESC, 2011, v. 1. p. 1534-1540.

⁶³ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista de Estudos Feministas**, 2006, 288.

Esse mal que muitas mulheres americanas estavam sentindo, não era compreendido pelos especialistas da “condição feminina”, uma vez que não era um mal que as mulheres pudessem expressar com palavras. Através de conversas, perceberam que não eram as únicas a sentir essa angústia. Era o mal que Betty Friedan nomeou como *Mística Feminina*. Elas estavam mergulhadas no perfil feminino, criado pelos homens ao final da guerra, ou seja, confinadas ao lar.

Por causa da Segunda Guerra Mundial, os homens foram recrutados para a batalha, deixando um vazio no mundo do trabalho de maneira que houve a necessidade de que as mulheres ocupassem esse espaço vacante. Ao findar a guerra, foi necessário reativar o espaço doméstico através de uma ampla campanha nos meios de comunicação enfatizando o papel de dona-de-casa, esposa e mãe⁶⁴. Contudo, esse fato causou revolta entre elas, pois, muitas já possuíam “*novos pensamentos e questões*” acerca de seu lugar na sociedade e os livros de Simone de Beauvoir e de Betty Friedan juntamente com várias organizações femininas e feministas visibilizaram esses pensamentos.

Além desse livro importante para as questões feministas, Betty Friedan e algumas mulheres criaram uma organização chamada *National Organization for Women* (NOW), em 1966⁶⁵, que...

Entre os princípios da NOW estava a denúncia das ideias sexistas de nossa sociedade, seus costumes e preconceitos, e do consumismo que convertia as mulheres em objetos. Como objetivo as feministas dessa organização colocavam a obtenção da igualdade para as mulheres na sociedade cujas estruturas elas não questionavam. As mulheres, segundo a NOW, predicavam a necessidade de auto-realização e de busca de identidade individual. Suas componentes pertenciam à classe média e ignoravam, em larga medida, os problemas das classes inferiores. Mulheres destas classes, incluindo as negras, pouco tiveram participação na organização.⁶⁶

Verifica-se mais uma vez a exclusão de diversos setores da sociedade, como as classes trabalhadoras e das mulheres negras. Esses grupos não se sentiam representados e seus anseios não estavam sendo atendidos em sua totalidade. Foi nesse momento que o “*Feminismo*” passou a ser considerado como “*Feminismos*” no plural para abarcar os diversos requerimentos das mulheres e dos homens. Nesse momento também, segundo as Historiadoras Joana Maria Pedro e Mirian Alves do Nascimento, a categoria “*Mulher*” passou a ser incorporada ao discurso das feministas, pois a categoria era “[...] pensada em

⁶⁴ ALVES e PITANGUY, Op. Cit., p 50.

⁶⁵ REIS, 200, Op. Cit., p.83.

⁶⁶ DUARTE, 2006, Op. Cit., p. 290

contraposição à palavra ‘Homem’, considerada universal [...]”⁶⁷ e “[...] reivindicavam o direito de escolha em relação à reprodução, contra a violência doméstica e pela divisão de tarefas domésticas”.⁶⁸

A NOW seguia a luta de suas antecessoras, principalmente as sufragistas, na ampliação de direitos e condições iguais de trabalho. Esse feminismo da linha liberal ou chamado de igualitário lutava principalmente pelo acesso a igualdade:

[...] passaria prioritariamente pela abolição das condições discriminatórias vividas pelas mulheres na esfera da educação, do trabalho e da política. Nesta perspectiva, a palavra de ordem era modificar a socialização e a educação das meninas, reformular as tarefas domésticas na família e favorecer o acesso das mulheres aos locais de saber e de poder econômico ou político.⁶⁹

Como esse tipo de reivindicação não abarcava os anseios de todas as mulheres foi constituído no período uma nova vertente feminista, chamado de *Women Liberation Movement*:

O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes.⁷⁰

Como resultado do feminismo liberal e do radical surgiram os “*grupos de consciências*”, “*grupos de autoconsciência*” ou “*grupo de reflexão*” durante a década de 1970, pois, as mulheres precisavam expressar suas angústias na qual estavam imersas. Um espaço, como declarou Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, para se expressar sem a interferência masculina⁷¹.

Essas duas vertentes do feminismo vigente nas décadas de 1960 e 1970 tiveram como base intelectual os livros de Betty Friedan e de Simone de Beauvoir. Foi nesse período também que houve diversos questionamentos e lutas a favor da descriminalização do aborto, a favor do divórcio e contra a violência contra a mulher. Ou seja, a Segunda Onda Feminista, a

⁶⁷ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005., p.80.

⁶⁸ NASCIMENTO, 2011, Op. Cit., p. 1536.

⁶⁹ DESCARRIES, Francine. Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural. (Tradução Tânia Navarro Swain – Universidade de Brasília). **Textos de História**, vol. 8, nº1, 2000, p.13.

⁷⁰ SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical: pensamento e movimento. Revista Travessias. Vol. 2, n.º 3, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/>, p. 4

⁷¹ ALVES e PITANGUY, Op. Cit., p. 67.

partir da frase de Simone de Beauvoir, “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, transformou-se na base para o conceito de gênero.

Houve também várias manifestações, uma das famosas foi a que contemplou a queima de sutiãs⁷². Ativistas do *Women Liberation Movement* se reuniram para protestar contra o Concurso de Miss América em 1968. Segundo Ana Regina Gomes dos Reis, em torno de 150 mulheres participaram dessa manifestação, elas reuniram vários artigos femininos como sutiãs, sapatos, revistas, ou seja, ícones de restrição da liberdade feminina, mas não foi permitido colocar fogo, pois foram impedidas pela polícia, contudo essa foi a imagem que se repete até hoje⁷³. Helena de Almeida também destaca esse evento que ficou conhecido internacionalmente:

No momento do protesto, alguém sugeriu que tocassem fogo em seus utensílios, mas não aconteceu porque não houve permissão do lugar para isso. Também ninguém tirou seu sutiã, como todos acreditam. Essas lendas urbanas surgiram porque, ao dar ampla cobertura para o evento, a mídia o associou a outros movimentos, – como o da liberação sexual; dos jovens que queimaram seus cartões de segurança social em oposição à Guerra do Vietnã - e passou a chamá-lo de “*bra-burning*”, (queima de sutiãs)...⁷⁴

Essa manifestação e o movimento feminista ficaram intimamente ligados, pois quando se fala do feminismo de segunda onda emerge a imagem desse protesto.

Segundo Joana Maria Pedro, costuma-se dizer que a Segunda Onda Feminista foi herdeira das movimentações, em nível mundial, do que aconteceu em 1968⁷⁵; embates realizados principalmente por estudantes e operários, que reivindicavam justiça socioeconômica, mas, também, pelas minorias como mulheres, negros e jovens⁷⁶.

Vale ressaltar também o surgimento da minissaia, da pílula anticoncepcional e do movimento “*hippie*”⁷⁷ que influenciou comportamentos e os pensamentos de mulheres e homens. O anticoncepcional tornou-se para as mulheres, por exemplo, uma possibilidade de escolha de quando ter filhos, separou a sexualidade da reprodução, ou seja, elas podiam viver a liberdade sexual. Essa fissura está expressa nas palavras de Maria Lygia Quartim de Moraes: “[...] é inquestionável que o desenvolvimento dos anticoncepcionais modernos

⁷² ALMEIDA, Helena. **O feminismo na América Latina**: Influência na ascensão da mulher ao poder político, 2010, p. 6

⁷³ REIS, 2008, Op. Cit., p. 87.

⁷⁴ ALMEIDA, 2010, Op. Cit., p. 6

⁷⁵ PEDRO, Joana Maria. O feminismo e os muros de 1968, no Cone Sul. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica – N. 26-1, 2008, 59-60.

⁷⁶ Ver: http://www.fsindical.org.br/portal/institucional.php?id_con=9436

⁷⁷ Não há uma data correta para estabelecer o surgimento do movimento “*hippie*”, mas ficou visível a nível mundial na década de 1960 e nos anos posteriores.

permitiu a separação do ato sexual de seus efeitos reprodutivos.”⁷⁸ O movimento *hippie*, por sua vez, juntamente com os movimentos pacifistas, eram contra a “Guerra do Vietnã”. A palavra de ordem desse movimento era “*Paz e Amor*”.

Percebe-se que esses movimentos de contestação que estavam no auge nos países do hemisfério norte, também influenciaram as brasileiras e os brasileiros, levando-os a questionar o lugar das mulheres numa sociedade culturalmente escravagista e patriarcal, ou seja, se apropriaram desses movimentos que emergiram internacionalmente, para elencar questões próprias para o caso brasileiro.

⁷⁸ MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Campinas. Tese de Livre-docência. Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996.p. 59.

CAPÍTULO 2 – DOIS MOMENTOS, UMA HISTÓRIA: CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Primeira Onda

Durante a maior parte do século XIX, o Brasil era uma sociedade escravocrata e patriarcal, sua população era constituída por negras/negros, brancas/brancos e índias/índios, onde, especialmente nas famílias brancas, “*marido e pai*” detinham o direito sobre toda a estrutura familiar. Ainda durante décadas deste século, o Direito Civil brasileiro foi regido pelas Ordenações Filipinas⁷⁹, nas quais se afirmava que as esposas deveriam ser subordinadas aos maridos, sendo este o representante legal da família. Vale lembrar que quando nas camadas mais altas da sociedade, normalmente, essa era a regra a ser seguida, nas camadas populares em sua grande maioria eram as mulheres as chefes de família.

Conforme a Professora e Socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes⁸⁰ foi nessa sociedade, com seus costumes e valores, que se definiram o ser mulher e o ser homem, onde o lugar delas era dentro de casa, cuidando da família, e a eles a vida pública. Estudar, para as mulheres, era somente para aperfeiçoar-se nos papéis de esposa e mãe. Esse pensamento era na sua maioria direcionado para as mulheres de classe média e alta. E mesmo nas camadas altas, poucas conseguiram ter acesso à educação formal; somente uma minoria privilegiada, em sua maioria homens, conseguia aprender a ler e a escrever. Nesse contexto, o acesso à educação era mínimo, não avançava além dos ensinamentos para as atividades domésticas como bordar, preparar bolos e etc. Mas, com o passar das décadas, algumas mulheres conseguiram integrar esse seleto grupo e foram além, tornando-se professoras, jornalistas, escritoras, etc., e puderam reivindicar o direito à educação para outras mulheres.

Segundo June Edith Hahner⁸¹, as brasileiras sabiam que para assumir posições de prestígio, necessitavam ter grau universitário, o que fez muitas delas lutarem pelo direito à educação para todas: “[...] acreditando no progresso, [...] buscaram inspiração nas conquistas das mulheres de outros países, cujos exemplos tornavam possíveis às promessas de sucesso

⁷⁹As Ordenações Filipinas, foram editadas em 1603 por Felipe II de Portugal para reorganizar o direito régio português. São conjuntos de leis que regeram o Direito Civil português e brasileiro, composta por cinco livros. Sua vigência no Brasil durou até 1916, contudo as leis referentes a mulher casada só foi modificado em 1962 com a Lei nº 4121/62. Ver: Lopes (2002); Matos e Gitahy (2007: 74-90).

⁸⁰ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 498.

⁸¹ HAHNER, 2003, Op. Cit., p. 27.

futuro.”⁸² Um exemplo brasileiro dessa luta é a Professora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)⁸³.

O livro chamado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, escrito pela Professora, escritora e poetisa Nísia Floresta Brasileira Augusta em 1832, foi o primeiro a tratar “[...] do direito das mulheres à instrução e ao trabalho [...]”, exigia “[...] que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito”⁸⁴. Esse livro foi uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, escrito em 1792⁸⁵, mas com reinterpretação para a realidade brasileira⁸⁶, ou seja, nesta leitura, Nísia “*Floresta Brasileira*” Augusta trazia vários debates como a escravidão, a manifestação a favor de um governo republicano, a instrução para as mulheres e etc.⁸⁷. Segundo essa pensadora, a dignidade das mulheres estava diretamente relacionada ao acesso à educação:

Acreditando-nos incapazes de aperfeiçoar o nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por este meio, têm contribuído tanto quanto lhes é possível a fazer-nos criaturas destituídas de senso, tais quais eles nos têm figurado. Assim, falta de educação, somos entregues a todas as extravagâncias porque nos tornamos desprezíveis; temos atraído sobre nós seus maus tratamentos por faltas de que eles têm sido os autores, tirando-nos os meios de evita-las.⁸⁸

A educação que a autora fazia referência era a alfabetização. Ou seja, como requerer uma emancipação política e uma melhor educação, como estava sendo solicitada nos países como Estados Unidos e Inglaterra, se no Brasil a grande maioria das mulheres e homens do período mal sabiam ler ou escrever? Nesse sentido ela estabelece como parâmetro a alfabetização como primordial.

Enquanto isso, na Europa, Mary Wollstonecraft, contestava as diferenças naturais entre os sexos e colocava em evidência a educação inferior dada a elas, elementos que tornavam diferentes os movimentos no Brasil e na Europa, pois, no caso brasileiro, muitas/os mulheres e homens mal sabiam ler e escrever, enquanto no caso europeu à luta era por uma educação

⁸² HAHNER, 2003, Idem, p. 27.

⁸³ Em 1810 nasceu no interior do Rio Grande do Norte, Dionísia Gonçalves Pinto adotou o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Escreveu outros livros importantes como *Opúsculo humanitário* em 1853 e *Cintilações de uma brasileira* em 1859.

⁸⁴ DUARTE, 2003, Op. Cit., p. 153.

⁸⁵ Esse clássico das questões feministas foi reeditado em 2016. Ver: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Edição Comentada do Clássico Feminista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

⁸⁶ FLORES, Hilda Agnes Hübner. Ana Eurídice de Barandas. **Revista Travessia**. Florianópolis, v. 23, p. 15-36, 1990. Disponível em < www.periodicos.ufsc.br > Acesso em 01/06/2012>., p. 25.

⁸⁷ Idem, p. 25.

⁸⁸ DUARTE, Constância Lima. Excertos: conclusão. In: **Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005, p. 82-83

superior. Convém destacar também, a Escritora Ana “*Eurídice Euforsina*” de Barandas (1806-?)⁸⁹, nascida no Rio Grande do Sul, que escreveu a crônica *Diálogos* que, segundo a Historiadora Hilda Agnes Hübner Flores,⁹⁰ foi uma argumentação feminista que se contrapôs ao machismo dominante. Além dessas duas escritoras, havia vários jornais dirigidos por mulheres como, por exemplo, *O Belo Sexo*, editado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, em 1862, no Rio de Janeiro, que se engajava na mesma luta.

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil⁹¹, havia uma luta pela abolição das/os escravizadas/os e as mulheres participaram desse movimento “[...] que, até então, não havia, de forma tão massiva e organizada, participado da esfera política.”⁹², pois, trazia para as mulheres a consciência de sua própria submissão. No Brasil, algumas mulheres organizaram sociedades abolicionistas, colaborando com vendas de doces e flores, e saraus para financiar o movimento. Outras publicaram em jornais e lançaram livros a favor da abolição como da Escritora Maria Firmina dos Reis (1825-1917), que conforme a Escritora e Professora Maria Amélia Teles⁹³ foi a primeira romancista brasileira negra, que publicou o livro *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher.

No final do século XIX era Proclamada a República, chamada pelos estudiosos do período como República Velha⁹⁴, responsável por muitas mudanças que impulsionaram a modernização como a separação da Igreja dos assuntos políticos administrados pelo Estado e pelos investimentos na industrialização. Outra mudança significativa foi a elaboração de uma nova Constituição em 1890, efetivada em 1891, que adotava o direito de escolha de seus representantes pela população através do voto direto. As mulheres brasileiras envoltas nesse turbilhão de novidades e pela apropriação do feminismo vindo do exterior também requeriam esse direito como cidadãs. Contudo, a não inclusão delas nesse processo pelos constituintes, não foi mero esquecimento como explica Celi Regina Jardim Pinto⁹⁵, pois, para eles, elas não existiam como indivíduos dotados de direitos.

⁸⁹ Seu nome de batismo era Ana da Fonseca Barandas, nascida em 8 de setembro de 1806, em Porto Alegre. Por causa de sua obra poética ficou conhecida como Ana “*Eurídice Euforsina*” Para saber mais ver: FLORES, 1990, Op. Cit.

⁹⁰ Idem, p. 26.

⁹¹ Abolição da escravatura: 01 de janeiro de 1863, nos Estados Unidos; Abolição da escravatura: 13 de maio de 1888 no Brasil.

⁹² ALVES e PITANGUY, Op. Cit., p. 44.

⁹³ TELES, 1993, Op. Cit., p. 199.

⁹⁴ É considerado como República Velha o período de 1889-1930. Também é dividido em: República da Espada, já que, o país foi comandado por militares no período de 1889 a 1894; e República Oligárquica, política café com leite, comandada por presidentes indicados pelas oligarquias rurais, principalmente paulista e mineira.

⁹⁵ PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 16

Para reverter tal situação, como já dito anteriormente, foi fundado em 1910 o PRF, defendendo não somente o voto, mas a emancipação e a independência das mulheres⁹⁶. Contudo, essas mulheres na sua maioria da elite, não questionavam a sociedade como um todo, não discutiam sobre as condições das outras mulheres, pois, viam a emancipação feminina como um meio para um bom andamento da sociedade já existente. Por isso, as que pertenciam à camada popular não se sentiam representadas por elas, principalmente da classe trabalhadora que estava emergindo nesse período, por causa das novas diretrizes políticas e econômicas que o país estava vivenciando.

Com a abolição da escravatura em 1888, os grandes cafeicultores beneficiários do trabalho escravo tiveram que buscar alternativas para substituir a mão de obra das pessoas escravizadas. Contudo, muitos desses cafeicultores, por preconceito, não admitiam assalariar os ex-escravos, preferindo os imigrantes que pela chance de “*fazer a América*” deixavam seu lugar de origem e partiam para o Brasil para ter novas oportunidades de emprego e trabalhar por um “*pedaço de chão*”. Vale ressaltar que é nesse momento que o Brasil vive uma política de branqueamento social, em que se acreditava que com o ingresso de imigrantes brancos, a sociedade brasileira “*evoluiria*”⁹⁷. Segundo a teoria do branqueamento à brasileira, vigente no período, quanto mais miscigenação os traços negros iriam desaparecer, prevalecendo os traços das pessoas brancas.

O processo de industrialização cresceu impulsionado pelos próprios cafeicultores paulistas que investiram em estabelecimentos comerciais. Essa crescente industrialização fez emergir uma nova classe: o operariado. Classe, predominantemente de origem europeia e muitos seguindo a ideologia anarquista e socialista, se organizaram em sindicatos e associações para reivindicar melhores salários, redução de jornada de trabalho, melhores condições de trabalho e etc. As mulheres também participaram dessa nova classe e reivindicavam seus direitos.

Segundo Celi Regina Jardim Pinto, na esteira das ideias libertárias, o anarquismo surgiu no Brasil nesse período, mas com posição ambígua sobre as questões das mulheres, pois, por um lado às incorporava somente como companheiras e por outro não assimilava a questão da dominação sentida por elas⁹⁸. Contudo, elas se envolveram em muitas das greves no período e segundo Maria Amélia Teles, a mulher era “[...] duplamente explorada por trabalhar na

⁹⁶ Idem, p. 47

⁹⁷ Ver: HOFBAUER, Andreas. Introdução. In: Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 13-28; OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira. Santo Antônio do Paraíso (PR), 2008.

⁹⁸ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 34.

fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores”⁹⁹. Mas a luta pelo direito ao voto, não era o objetivo dessa camada popular e nem foi alcançada pela maioria da população. A luta pelo voto era expressa principalmente pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), na figura de Bertha Lutz, que era pertencente à elite econômica e intelectual que utilizou seus conhecimentos para lutar pelo direito ao sufrágio.

A FBPF foi criada após a participação de Bertha Lutz na *I Conferência Pan-americana de Mulheres* nos Estados Unidos da América em 1922, na qual, foi decidida pelas representantes latino-americanas a criação da *Associação Pan-Americana de Mulheres*, sendo Bertha Lutz eleita como vice-presidente dessa associação. Bertha Lutz criou a FBPF, que aos poucos substituiu a *Liga pelo Processo Feminino*, criada em 1919. Esta federação era ligada ao movimento feminista conservador americano, NAWSA, e tinha como principais metas e preocupações a educação e instrução feminina, para assim possibilitar a mulher um meio de subsistência.

Bertha Lutz foi a liderança permanente da FBPF até a conquista do voto, dando o tom na condução da federação. As associadas seguiam sua liderança e eram, segundo Branca Moreira Alves, mulheres que se destacavam de alguma maneira ou tinham posição de chefia, o que era limitador, pois não envolvia outras classes sociais¹⁰⁰. Por essa questão, como já foi descrito nesse texto, muitas mulheres não se viam refletidas nas reivindicações da FBPF, apesar do Estatuto da Federação evocar os estudos para o aprimoramento da mulher e conseqüentemente sua inserção ao trabalho. Demonstrava como era, em sua maioria, um movimento elitista. A Federação manteve sua posição de força até a conquista do voto.

No mesmo ano de sua criação, a FBPF realizou seu *I Congresso Internacional Feminista* com a participação da líder feminista a Professora e Jornalista Carrie Chapman Catt (1859-1947), Presidente da NASWA, e de várias representantes de outros países. Nesse evento discursaram políticos de renome do período como Lauro Müller que:

Encerrou a Conferência e reafirmou em seu discurso que a Constituição de 1891 não proibia direitos políticos às mulheres. Confessava, porém, que na época o Governo Federal não era favorável às reivindicações feministas. Aconselhou as líderes que procurassem um Governador de Estado, disposto a instituir o voto feminino por interpretação da Constituição, o que resultaria na adesão de outras unidades da Federação.¹⁰¹

⁹⁹ TELES, 1993, Op. Cit., p.42.

¹⁰⁰ ALVES, 1980, Op. Cit., p. 112-113.

¹⁰¹ SOIHET, Rachel. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.

As mulheres pertencentes ao FBPF seguiram esse modo de pensar ao envolver políticos como no caso do Senador Juvenal Lamartine (1874-1956) e a imprensa, na luta pelo voto. Também conseguiram trazer para o movimento muitas associações e instalaram filiais em vários estados brasileiros, além de conseguirem visibilidade do movimento feminista brasileiro no exterior. Bertha Lutz, como líder maior da FBPF, percorreu diversos países representando a mulher brasileira pelo sufrágio ou para colher dados a respeito da educação e do trabalho.

Outros eventos importantes da FBPF seriam feitos a favor das mulheres. No ano de 1931, houve o *II Congresso Internacional Feminista* e as conclusões foram encaminhadas para o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. As “[...] representantes da FBPF enfatizaram sua reivindicação quanto ao direito de votar e serem votadas, de influírem na vida pública do país em condição de igualdade para ambos os sexos.”¹⁰² Vargas, então nomeou uma comissão para criar uma nova lei eleitoral, estabelecendo em 24 de fevereiro de 1932 o Decreto 21.076, estabelecendo o voto feminino e o voto secreto.¹⁰³:

Art. 2º E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.

Art. 56. O sistema de eleição é o do sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional.¹⁰⁴

Nesse período havia também, como diria a Historiadora Miriam Lifchitz Moreira Leite, outra face do feminismo que não representava somente a luta pelo direito ao voto. Esse feminismo, representando por Maria Lacerda de Moura, anarquista considerada por Celi Regina Pinto¹⁰⁵, como, possivelmente, uma das mais importantes feministas do início do século XX, esboçava os anseios da classe trabalhadora.

Maria Lacerda de Moura nasceu em Manhuaçu, no ano de 1887 e foi criada desde os cinco anos em Barbacena, ambos os municípios localizados em Minas Gerais. Obteve, por causa de seu pai, pensador e espírita, uma formação diferenciada, pois:

... levou-a ao estudo da filosofia, em busca de um conhecimento, lógica e metodologia da captação da realidade que levam à determinação de valores e à

¹⁰² SOIHET, 2006, Idem. p. 47-48.

¹⁰³ SOIHET, 2006, Idem, p. 48-49.

¹⁰⁴Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em : 14 de Abril de 2016.

¹⁰⁵ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 36.

adoção de fins correspondentes ao autoconhecimento. Os meios de intervir na sociedade proviriam da Pedagogia como preocupação primeira e contínua.¹⁰⁶

Na cidade de Barbacena fundou a *Liga contra o Analfabetismo* em 1912 e lançou alguns livros nesse período, como o *Em torno da Educação* em 1918. Percebe-se então que, pelo caminho trilhado por Maria Lacerda de Moura, a razão principal de seus trabalhos seria pela emancipação feminina através de uma educação libertadora e da cidadania. Em 1921 mudou-se para a cidade de São Paulo, onde fundou junto com outras militantes anarquistas a *Federação Internacional Feminina* que, segundo a Historiadora Jussara Valéria de Miranda:

A proposta da Federação era discutir questões relativas à mulher e à criança com vistas a transformar as relações estabelecidas na sociedade capitalista. As militantes questionavam a educação formal, as condições de trabalho, a subjugação da mulher aos dogmas católicos, o sistema representativo e a estrutura estatal. Uma das reivindicações da Federação era a introdução de uma disciplina que discutisse a *história da mulher* nos cursos superiores.¹⁰⁷

Ainda segundo Jussara Valéria de Miranda: “Incluir o tema ‘mulher’ nos trabalhos acadêmicos constitui-se numa das plataformas de luta das feministas norte-americanas da década de 1960.”¹⁰⁸ Já para Mirian Alves do Nascimento, após o (re) surgimento do feminismo a partir da década de 1960, a categoria Mulher foi utilizada em contraposição à categoria Homem, pois o termo era genérico e não abarcava as questões das mulheres¹⁰⁹. Por esse motivo, a reivindicação de Maria Lacerda de Moura no início da década de XX, contemplava uma atualidade, uma luta por reconhecimento em que as mulheres assim como os homens, não devem ser excluídas da história, que só apareceria com força nos anos sessenta.

Também vale destacar as divergências que Maria Lacerda de Moura tinha a respeito das feministas sufragistas, representadas por Bertha Lutz. Para Maria Lacerda de Moura a conquista do voto serviria somente para algumas mulheres, pertencentes em sua maioria à classe abastada, as outras mulheres ficariam ainda na escravidão secular: “O caminho da liberdade não passa pelo voto ou inserção da mulher nos cargos políticos, mas pelo autoconhecimento, domínio do próprio corpo, distanciamento dos dogmas religiosos.”¹¹⁰

¹⁰⁶ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 16.

¹⁰⁷ MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me!” Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. Uberlândia. Dissertação (Mestre em História – Área de Concentração: História Social). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 13.

¹⁰⁸ MIRANDA, 2006, Idem, p. 13

¹⁰⁹ NASCIMENTO, 2011, Op. Cit., p. 1536.

¹¹⁰ MIRANDA, 2006, Op. Cit., p. 15

Maria Lacerda de Moura utilizou de forma enfática a questão feminina por meio da imprensa, de conferências e de diversos livros: *Religião do Amor e da Beleza* em 1926, *Han Ryner e o Amor Plural* em 1928, *A mulher uma degenerada?* em 1924 e tantos outros, abarcando vários temas como educação, sexualidade, trabalho.

Segundo Celi Regina Jardim Pinto, para as anarquistas como Maria Lacerda de Moura, as manifestações das trabalhadoras trouxeram novos ingredientes: a identificação de uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres e a questão do trabalho. Estas anarquistas articularam suas condições difíceis no trabalho, ao fato de serem mulheres¹¹¹. As anarquistas, oriundas em grande parte da classe trabalhadora, lutaram pela cidadania das mulheres, já que não foram meras expectadoras das lutas vigentes. Tinham demandas mais práticas do cotidiano, como o salário igual entre mulheres e homens, melhores condições de saúde e de trabalho. No meio operário, esse contingente feminino foi responsável por muitas eclosões de movimentos grevistas, nos quais se lutava pelo direito ao trabalho e por melhores condições de vida. Apresentaram também importantes reflexões que foram impressas em jornais operários¹¹². Conforme Margareth Rago¹¹³, muitas trabalhadoras encontraram no anarquismo um espaço para suas reivindicações e problematizações das questões referentes à condição feminina.

Como no movimento sufragista, o anarquismo também foi oriundo das ideias do exterior através de jornais, de livros e de notícias recebidas através dos imigrantes europeus, mas adaptadas ao contexto brasileiro. Para ilustrar essas ideias que chegaram ao Brasil, cito a Anarquista e Escritora Emma Goldman (1869-1940) emigrante russa, uma das ativistas do anarquismo nos Estados Unidos, que também lutou pela emancipação feminina. Ela e seu companheiro Alexander Berkman foram citados no jornal *A Plebe*¹¹⁴, que era lançado na cidade de São Paulo em 1917, pois foram presos por causa de propagandas anti-militaristas, mostrando essas circulações de ideias que chegaram ao Brasil.

Emma Goldman era além do seu tempo, pois levantou bandeiras dos homossexuais e do direito ao aborto numa época que esse assunto era tabu¹¹⁵. As anarquistas, incluindo Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura, discutiam sobre outros temas como a liberdade sexual

¹¹¹ PINTO, 2003. Op. Cit., p.36.

¹¹² RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil, a audácia de sonhar**: memória e subjetividade em LuceFabbri. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2007, p. 15-16.

¹¹³ RAGO, 2007, Idem, p. 39.

¹¹⁴ M. Notas Internacionais. **A Plebe**, São Paulo, 28 jun. 1917, Anno I, Num. 7, p.4. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/7047>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

¹¹⁵ Para saber mais sobre Emma Goldman ler: RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária**: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

que somente seria abertamente debatido da chamada Segunda Onda Feminista. Aliás, temas esses que seriam uma das demandas para libertação das mulheres, o direito ao corpo e ao prazer, nas décadas de 1960 e 1970. As pautas de primeira e segunda onda são colocadas como desconexas entre si, contudo, pelas discussões feitas por algumas mulheres, principalmente as anarquistas, percebe-se que não teve uma divisão tão forte como analisadas nessa pesquisa. As pautas feministas são interconectadas, algumas não foram visibilizadas num período e tornaram-se questões importantes no outro.

Apesar dessa intensa industrialização, uma parcela grande da população brasileira ainda vivia nas áreas rurais, onde a presença do Estado não conseguia chegar. As fraudes eleitorais eram constantes, o que facilitou o surgimento da figura do coronel¹¹⁶ que era o poder, a lei e a ordem, manipuladores de votos, assim, mantinham seu poder à custa da população.

O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele. Quando o Estado se aproximava, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, o agente do correio, a professora primária. Graças ao controle desses cargos, o coronel podia premiar os aliados, controlar sua mão-de-obra e fugir dos impostos.¹¹⁷

Esse período foi marcado por diversas revoltas populares, rurais ou urbanas, que contestaram a ordem vigente. Algumas das maiores revoltas no período emergiram nas zonas rurais¹¹⁸. O ambiente urbano, com uma população crescente, evidenciou também desigualdades sociais, que possibilitou várias revoltas fossem protagonizadas pela população como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910).

Esse primeiro momento do feminismo foi marcado também pela chamada Era Vargas, chamada assim, porque Getúlio Dornelles Vargas (1883-1954) de origem gaúcha e fora da esfera de São Paulo e Minas Gerais¹¹⁹, tomou o poder em 1930 e governou o país até

¹¹⁶ Segundo Leal, o Coronel não uma pessoa que tinha a patente do exercito, mas que detinha o poder politico. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras.

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 56.

¹¹⁸ Exemplo de revoltas na zona rural importantes no período foram a Guerra de Canudos (1896-1987) e a Guerra do Contestado (1912-1916).

¹¹⁹ Chamado de Política do “Café com Leite”, onde as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais controlavam a linha sucessória da presidência.

1945.¹²⁰ Nos anos anteriores a esse evento, economicamente o país vivia um momento diferenciado, pois estava no auge da exportação do café. A política republicana foi organizada pelas chamadas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, uma vez que, durante anos eles se alternaram na presidência da república. Quanto à questão econômica, um dos principais gêneros de exportação do Brasil, o café, sofreu com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, atingindo a todos numa escala mundial. Esse gênero de exportação não foi considerado prioridade nesse momento conturbado internacionalmente, isso levou a uma queda vertiginosa do valor de cada saca e fez com que muitos dos cafeicultores brasileiros ficassem arruinados, o que facilitou a ascensão de Getúlio Vargas, por causa da insatisfação pela política praticada e da situação econômica das oligarquias paulistas. Além disso, Washington Luís Pereira de Souza (1869-1957)¹²¹, nas eleições indicou outro paulista para a Presidência da República, como o objetivo de manter a política do “Café com Leite”. A insatisfação foi intensa, levou o Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais a se unirem e formarem a *Aliança Liberal*, cujo candidato foi Getúlio Vargas. Por causa das grandes fraudes eleitorais, Vargas perdeu a eleição em 1930 para Júlio Prestes (1882-1946). Inconformado e apoiado pelos tenentes, promoveu o Golpe de Estado, chamado de Revolução de 30, fato que encerrou a República Velha e iniciando-se a Era Vargas.

O governo de Vargas representou muitos avanços. O principal nesse período foi a criação do “Primeiro Código Eleitoral do Brasil” em 1932, que permitiu ao cidadão maior de 21 anos, independente do sexo, a votar, ou seja, instituiu o sufrágio universal e permitiu pela primeira vez que as mulheres pudessem votar e serem votadas durante a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Vale ressaltar que uma importante mulher foi eleita, após a instauração do Primeiro Código Eleitoral: a primeira deputada estadual negra, a Professora, Jornalista e Escritora Antonieta de Barros (1901-1952). Catarinense, essa notável mulher exerceu o magistério e foi muito ativa na arena política durante toda sua vida. Foi além da questão do seu sexo e de sua cor, tornou-se muito respeitada, em uma época de cerceamento dos direitos da mulher, principalmente uma mulher pobre e negra e conquistou respeito de uma grande parcela da sociedade.

Nesse primeiro momento do feminismo, a principal pauta da chamada Primeira Onda nos países Estados Unidos e Europeus era a luta pelo direito de votar e ser votada; no Brasil,

¹²⁰ Insatisfeitos com o resultado das eleições, os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba lideraram um movimento armado que culminou na derrubada do presidente em exercício Washington Luís e impediu que o candidato Júlio Prestes assumisse a presidência.

¹²¹ Presidente do Brasil nos anos de 1926 a 1930. Foi o décimo presidente a assumir durante a política “Café com Leite”.

era o direito a ler e escrever, ou seja, o direito ao estudo e ao trabalho, além do voto, sendo estes também os pontos mais marcantes da Primeira Onda Feminista no Brasil que seguiu o contexto mundial.

Segunda Onda

Quando a historiografia brasileira trata da Segunda Onda Feminista no Brasil, salienta as décadas de 1960 e 1970, período que segundo a Professora Tânia Maria Gomes da Silva¹²², o movimento feminista está mais articulado e coeso, ou seja, os movimentos em prol das questões de cunho cultural e político uniram as mulheres para defesa de seus direitos, principalmente durante e após o início da Década da Mulher, em 1975.

Contudo, havia algumas manifestações de mulheres, anteriores e durante o regime de exceção, que requeriam demandas diversas, sejam elas, envolvidas nas questões políticas e econômicas ou não, como por exemplo: pelo direito a ler e escrever, por creche, contra o aumento dos preços, pela anistia aos presos políticos e etc., encabeçados por mulheres em sua maioria das periferias, conforme declara Céli Regina Jardim Pinto: “[...] foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público.”¹²³ Ou seja, esses movimentos, segundo a Historiadora, não podem ser considerados feministas em sua essência por não colocar em xeque a opressão da mulher, porém não podem ser desvinculados dessas mesmas lutas. Para ilustrar melhor essa abordagem do movimento de mulheres com o movimento feminista, cito uma matéria feita pelo jornal *Brasil Mulher*:

A luta pela emancipação da mulher não está em nenhum momento desvinculada da luta pelas soluções dos problemas mais gerais da sociedade. Por isso nos unimos à manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas.¹²⁴

¹²²SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia** (UESB), v. 8, p. 223-231, 2008, pág. 206-207.

¹²³PINTO, 2003, Op. Cit., p. 43

¹²⁴**Brasil Mulher**. São Paulo: Associação de Mulheres, nº 7, jun. 1977, p. 2.

O feminismo brasileiro percebeu que as reivindicações não deveriam conter somente as questões absorvidas dos movimentos feministas internacional, pois havia necessidades mais urgentes para as brasileiras que deveriam ser priorizadas.

A partir da década de 1960, as mulheres e os homens na América Latina sofreram com ditaduras, sustentadas por ideologias de “Segurança Nacional”, encabeçadas por civis e militares, cujo pensamento era o de combater os movimentos de esquerda¹²⁵. Segundo o professor Nilson Borges, a “Doutrina de Segurança Nacional” fornece a estrutura para a instalação e a manutenção de um Estado forte ou de uma ordem social¹²⁶. É a manifestação de uma ideologia de guerra permanente entre o comunismo e os países ocidentais. Vários movimentos existentes, por serem considerados perigosos, foram proibidos e tiveram que agir na clandestinidade. Muitos desses grupos tornaram-se guerrilheiros, com a arregimentação de mulheres para o combate. Conforme o professor Marcelo Ridenti, houve um aumento de participação delas nas organizações de esquerda e isso o levou a concluir que:

A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter feminista...¹²⁷

No Brasil, o golpe aconteceu em 1964 com repressões e censuras por parte do governo, principalmente, contra as manifestações populares. O que fez com que, para os grupos de oposição ao regime, restasse apenas a clandestinidade ou o exílio. As mulheres não ficaram fora desse processo, pois, as que participaram de movimentos contra a ditadura foram perseguidas pelo regime ditatorial. As que se posicionaram favoravelmente criaram:

... grupos femininos conservadores para ‘arregimentar a opinião pública para o golpe militar de 1964’, nos principais estados e cidades do país. Esses grupos revelariam grande capacidade mobilizadora, por exemplo, por ocasião das ‘Marchas da Família com Deus pela Liberdade’ que, lideradas pelas mulheres na sua fachada, arrastaram milhares de pessoas às ruas de todo o país, antes e depois do golpe.¹²⁸

¹²⁵ WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>. Acesso em: 01/06/2012, p. 20.

¹²⁶ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (Coleção O Brasil Republicano volume 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-42.

¹²⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 198.

¹²⁸ RIDENTI, 1993, Idem, p. 200.

Com a implantação do *Ato Institucional nº 5 (AI-5)*¹²⁹, em 1968, durante o governo do General Costa e Silva (1902-1969)¹³⁰, considerado o mais duro golpe contra a democracia, pois suspendia os direitos políticos, proibia atividades e manifestações com penas severas, reduziu todo tipo de manifestação contra o governo. Os movimentos inseridos nesse contexto foram extremamente cerceadores, principalmente, para as feministas que haviam se originadas, em sua maioria, nos grupos de esquerda. No entanto, apesar dessas proibições, haviam mulheres que não estavam ligadas a grupos políticos, principalmente as da classe popular, que lutavam contra a carestia. O movimento feminista aproximou-se dessas mulheres na década de 1970, com a incorporação de novos propósitos e a utilização sua condição de mãe, esposa e dona-de-casa. Tornou-se um movimento também ligado às classes populares, ao invés de somente ser da classe abastada e partiam do princípio que era necessário lutar contra a carestia, a falta de água, esgoto, escola, etc., ou seja, dificuldades de suas realidades¹³¹. Uma diferença visível para o feminismo de Segunda onda do exterior, já que, nos países como os Estados Unidos e Inglaterra, as mulheres estavam concentradas na luta pelo direito ao corpo e ao prazer, no “*mal sem nome*” e na igualdade de condições, na Segunda Onda.

Nas décadas de 1960 e 1970, nos períodos auge da Ditadura Civil-militar, muitos grupos e partidos de esquerda¹³² como, por exemplo, Ação Libertadora Nacional (ALN) (1967)¹³³, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (1966), VAR-Palmares¹³⁴, Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)¹³⁵ e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (1922), entendiam que na luta contra esse regime, as questões de gênero deveriam ser discutidas depois de uma possível revolução. Esses grupos estavam muitas vezes longe das reivindicações da maioria das mulheres, como pode ser percebida pelas palavras da Historiadora Ana Maria Colling: “A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque havia uma contradição maior a ser

¹²⁹ O Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva. Foi considerado o mais duro golpe contra a democracia, pois suspendia os direitos políticos, proibia atividades e manifestações com penas severas.

¹³⁰ General Arthur da Costa e Silva foi um dos articuladores do Golpe de 1964 na qual instaura a Ditadura Civil-militar no Brasil. Tornou-se segundo presidente militar brasileiro exercendo o mandato entre os anos de 1967-1969.

¹³¹ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 44.

¹³² Sobre grupos de esquerdas, ver: COLLING, Ana Maria. Anexo III. In: **A Resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos, 1997

¹³³ A ALN foi fundada por Carlos Mariguela em 1967, após romper com o Partido Comunista Brasileiro, PCB;

¹³⁴ Havia o grupo Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, VAR-PALMARES, fundada em 1969, após a união dos integrantes dos grupos VPR e COLINA.

¹³⁵ Anteriormente tinha o nome de Dissidência do Rio de Janeiro, DI-RJ. Mas mudou o nome para MR-8 em 1967 para homenagear a memória de Che Guevara.

resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado”¹³⁶. Vale ressaltar a frase de Amelinha Teles e da Professora Rosalina Santa Cruz Leite no seu livro recém-lançado *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*:

... o feminismo que se desenvolveu nos anos de 1970 vem comprometido com as organizações políticas de esquerda que enfrentaram a ditadura militar. É um feminismo que se constrói dentro de um processo histórico no qual emergem necessidades gerais da sociedade.¹³⁷

No Brasil, com o golpe civil-militar e a instauração do AI5, mulheres que faziam parte dos grupos de esquerda lutavam pelo direito à democracia. Conforme a Professora Cyntia Sarti, o feminismo “[...] no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura [...]”¹³⁸. Muitas foram para a clandestinidade e para o exílio, assim tomaram conhecimento das discussões sobre as mulheres em outros países; as que ficaram no Brasil, continuaram nos movimentos de esquerda. Devo ressaltar também o chamado “Movimento de Mulheres” que desde a década de 1940 já requeriam melhores condições de vida, utiliza para isso, segundo Céli Regina Jardim Pinto, sua condição de dona-de-casa, esposa e mãe para interferir no mundo público¹³⁹. Assim, destacamos nesse novo feminismo que emergiu na década de 1960 e 1970, a luta contra a carestia, por mais creches, educação, esgoto, água, luz, etc., como uma diferença marcante e única dos países, como no caso brasileiro, onde as diferenças econômicas e educacionais eram e são discrepantes, país marcado por uma postura majoritariamente patriarcal que determinava o tom das discussões a respeito da emancipação das mulheres.

Diante dessa postura patriarcal no Brasil, foi uma mudança significativa a iniciativa da *Organização das Nações Unidas* (ONU), ao instituir 1975 como *O Ano Internacional da Mulher*, pois promoveu grandes mudanças no movimento feminista brasileiro. Houve uma explosão das questões das mulheres através da imprensa, ao lançarem jornais como *Brasil Mulher* (1975-1979), criado na cidade de Londrina, e *Nós Mulheres* (1976-1978) que começou a circular em 1976. Ambos colocaram as questões das mulheres no cenário brasileiro¹⁴⁰. Além dessa forma de circular as ideias sobre as reivindicações das mulheres

¹³⁶ COLLING, 1997, Op. Cit., p. 8.

¹³⁷ TELES e LEITE, Op. Cit., p. 73.

¹³⁸ SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*. (16) 2001, p. 31.

¹³⁹ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 42.

¹⁴⁰ Havia outros jornais de cunho feminista ou não, mas que colocavam em pauta as reivindicações das mulheres como os Jornais *Maria Quitéria* (1977-1979) e *Correio da Mulher* (1979); e a coluna *A Arte de Ser Mulher* (Revista *Claúdia*), redigido por Carmem da Silva.

foram utilizados também “*grupos de reflexões*” e a criação de organizações para pensar as causas das mulheres que surgiram pelo país.

Como na Primeira Onda, os jornais também foram utilizados para visibilizar as pautas feministas na Segunda Onda Feminista. A utilização desse importante veículo de informação se deve pelo fato que atingia mulheres e homens em igual intensidade. O papel da imprensa nesse contexto era educar e dar voz às mulheres, o que foi bem utilizado nas duas ondas feministas citadas. Na segunda onda as reivindicações são expostas pelo contexto brasileiro como é descrito no primeiro número do jornal *Brasil Mulher*: “Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.”¹⁴¹. Ou seja, não estavam distantes da realidade das mulheres brasileiras e nem das reivindicações de outros países que também lutavam pela emancipação feminina. Joana Maria Pedro e a Jornalista Karina Janz Woitowicz destacam essa prática para divulgações do feminismo na década de 1970:

Além de experiências que dizem respeito a grupos que se formaram a partir da criação de um veículo, o que se destaca no período são as iniciativas de produção de jornais como uma prática comum de diversos grupos feministas. Muitas vezes de forma artesanal e com poucos recursos, estes veículos eram publicados com o firme propósito de divulgar as causas feministas, dentro e fora do movimento.¹⁴²

Esses jornais eram feitos de forma quase artesanal, pois muitos não tinham patrocinadores, precisavam de ajuda dos seus leitores para continuar a divulgar os textos sobre as questões importantes para as mulheres.

Mas não foram somente pelos jornais que as pautas feministas estiveram em voga. Como muitas das mulheres que participaram desses jornais vieram do exílio imposto pela ditadura civil-militar, elas trouxeram para o Brasil a prática de reuniões, na qual, havia participação somente de mulheres para que expusessem seus anseios sem ficarem constrangidas pela presença de homens. Célia Regina Jardim Pinto¹⁴³ que descreve esse tipo de reunião no início da década de 1970, pois despontou “[...] nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte: eram grupos de reflexão...”. Nesses grupos eram feitas discussões sobre temas levantados pelas mulheres. No início o convite era feito de forma informal, pois, ainda

¹⁴¹ **Brasil Mulher**. Londrina: Associação de Mulheres, nº 0, Ano 1, 09 out. 1975, p. 2.

¹⁴² WOITOWICZ, Karina Janz e PEDRO, Joana Maria. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Revista Espaço Plural**. Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574/2833>. Acesso em: 02 jun. 2016.

¹⁴³ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 49.

segundo Céli Regina Jardim Pinto, “[...] reunia mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nesses grupos aconteciam por meio de convite.”¹⁴⁴, mas aos poucos, grupos como esses espalharam-se pelo Brasil.

Essas ideias e discursos de mulheres e grupos de reflexão circularam e tomaram características e pautas diferentes a partir da realidade do próprio país. A Militante Política Amelinha Teles e a Professora Rosalinda Santa Cruz Leite, no seu livro *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* também descreve esse momento de união das mulheres, apesar da repressão que havia no Brasil: “[...] nos anos de 1972 e 1973, em plena ditadura, mulheres dispersas das camadas médias que se encontravam em reuniões em casas de amigas, onde puderam desenvolver os primeiros grupos de reflexão sobre a condição feminina.”¹⁴⁵

As autoras também destacam como eram essas reuniões:

Iniciaram com pequenas reuniões em suas casas, ao que se sabe, desde 1973, quando o Brasil estava sob o comando do ditador general Emílio Garrastazu Médici. Durante as reuniões, elas comemoravam aniversários de seus filhos ou os seus próprios, como forma de despistar os espiões da repressão política que rondavam os bairros populares para perseguir trabalhadores e trabalhadoras.¹⁴⁶

Contudo, não foi somente esses grupos e através da imprensa que as questões femininas foram abordadas. Como já dito anteriormente, a ONU proporcionou com a proclamação de 1975 como o *Ano Internacional da Mulher*, debates sobre as mesmas e promoveu vários eventos. Elas aproveitaram para visibilizar questões de cunho político, econômico e social como o *Movimento Feminino pela Anistia* (MFPA), o *Movimento do Custo de Vida* e o *Centro da Mulher Brasileira*.

No ano de 1975, ainda estava em vigor o cerceamento imposto pela ditadura, apesar de um vislumbre de uma abertura política iniciada no governo do general Ernesto Geisel (1907-1996). Um dos pontos de reivindicação, por essa abertura era a luta por uma anistia ampla e irrestrita. Por causa desse contexto, é importante lembrar a respeito uma entidade idealizada pela Assistente Social, Advogada e Ativista dos Direitos Humanos Therezinha Godoy Zerbini (1928-2015) em São Paulo, o *Movimento Feminino pela Anistia* (1975-1979), primeira entidade a levantar a bandeira pela Anistia.

¹⁴⁴ PINTO, 2003, Idem, p. 49.

¹⁴⁵ TELES e LEITE, 2013, Op. Cit., p. 51.

¹⁴⁶ TELES e LEITE, 2013, Idem, p. 51.

Therezinha Godoy Zerbini foi uma ativista política, presa em 1970 por ajudar o movimento estudantil a realizar o *Congresso da União Nacional dos Estudantes* da UNE, em Ibiúna em 1968. Defensora dos Direitos Humanos, como ela descreve em uma entrevista ao programa *Resistir é Preciso*¹⁴⁷, viu a rara oportunidade de começar um trabalho político firme e consequente em 1975 em prol dos políticos cassados, presos e exilados pela ditadura. A primeira ação desse movimento foi um manifesto chamando a nação, principalmente as mulheres, para a defesa da anistia: “Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a ideia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação”.¹⁴⁸

As mulheres que participavam desse movimento conclamavam as instituições como a OAB, *Ordem dos Advogados do Brasil*, para participar e lutar a favor da anistia, mas o movimento em si não era de cunho feminista. Todavia, a própria Therezinha Godoy Zerbini colocava esse movimento como luta de uma nação, luta de mulheres e homens desvinculados das pautas feministas absorvidas pelas mulheres vindas do exterior após exílios forçados ou não. Os direitos humanos, através da anistia, vinha em primeiro lugar. Segundo a Professora e Historiadora Ana Rita Fonteles Duarte:

O afastamento ou tentativa de desvincular-se da carga simbólica depreciativa carregada pelo feminismo, no entanto, é um dado a ser considerado e analisado. O incômodo causado pelo feminismo recém-chegado ao Brasil, na década de 70, era compartilhado por Zerbine, muitas de suas companheiras, militares e amplos setores da esquerda.¹⁴⁹

E apesar desse afastamento das questões feministas que estavam emergindo no Brasil, Ana Rita Fonteles Duarte também coloca que:

É importante salientar que, apesar das posições externadas pela líder Therezinha Zerbine, o MFPA representou a porta de entrada do feminismo para muitas mulheres. A luta coletiva, a influência de outros grupos políticos, a descoberta da força feminina e de sua disposição para a luta são alguns dos fatores que possibilitaram essa descoberta.¹⁵⁰

¹⁴⁷ <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>

¹⁴⁸ VARGAS, Mariluci Cardoso. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: **IX Encontro Estadual de História - Vestígios do passado a história e suas fontes**, 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008, p. 2

¹⁴⁹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff; Ana Maria Veiga. (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, v. 1, p. 8

¹⁵⁰ DUARTE, 2011, Op. Cit., p.9

No que tange a outras manifestações de cunho feminista, posso destacar o CMB, *Centro da Mulher Brasileira* (1975-2000) fundado em 08 de setembro. Essa entidade foi resultado do evento de 1975, em comemoração ao *Ano Internacional da Mulher*, patrocinado pelo *Centro de Informação da ONU* no Rio de Janeiro e contou com o apoio da ABI, *Associação Brasileira de Imprensa*. Diferente da Primeira Onda, onde havia um certo centralismo nas questões feministas, ou seja, as pautas estavam ligadas ao nome de alguma representante do feminismo, o CMB era comandado de forma colegiada, pois as dirigentes tinham “[...] temor ao centralismo e às formas autoritárias de exercício de poder [...]”¹⁵¹. Fizeram parte desse primeiro colegiado algumas feministas importantes como a Professora e Socióloga Moema Toscano, a Historiadora Branca Moreira Alves e a Historiadora e Antropóloga Social Maria Luiza Heilborn, entre outras.

Contudo, essa forma de gerir uma entidade com tantas formas de ver a situação das mulheres brasileiras ficou evidente nos embates de pensamentos no interior do Centro. Segundo a Socióloga Anette Goldberg, a entidade conviveu com três tendências conflitantes: um feminismo liberal, um feminismo radical e um feminismo marxista, desde o evento da ABI, que gerou desgastes e insatisfações e levou várias sócias e fundadoras a se afastarem do CMB.¹⁵²

A partir de 1977 prevaleceria a tendência marxista ortodoxa que “[...] buscava se alinhar com as lutas contra a ditadura e a conscientização das mulheres dos segmentos populares com vista a uma mudança das relações sociais [...]”¹⁵³. Joana Maria Pedro também destaca essa tendência marxista no interior da CMB através do artigo *Narrativas fundadoras do Feminismo*: “[...] o CMB — Centro da Mulher Brasileira — passaria a ter um perfil que, de acordo com inúmeros depoimentos, tornou-se, cada vez mais, marcadamente marxista”¹⁵⁴. Essa tendência marxista prevaleceu até meados de 1979, quando muitas participantes romperam como o CMB.

Durante a organização do *I Encontro Nacional de Mulheres* que foi realizado em 1979, as feministas que desejavam debater questões mais específicas como, por exemplo, sexualidade, aborto, violência, sugeriram o tema para os seminários chamado de “Livre apropriação do corpo da mulher” e Segundo Raquel Soihet, painéis como “Saúde e Sexualidade da Mulher (os projetos de controle da natalidade), Mulher e anticoncepção

¹⁵¹ TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. **A Revolução das Mulheres**: Um balanço do feminismo no Brasil. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1992.

¹⁵² GOLDENBERG, 1992, Op. Cit., p. 108.

¹⁵³ GOLDENBERG, 1992, Idem, p. 365

¹⁵⁴ PEDRO, 2006. Op. Cit., p. 261. Ver também: SOIHET e ESTEVES, Op. Cit.

(informativo-riscos) e Aborto”, que seriam apresentados nesse evento.¹⁵⁵ Contudo, a proposta, principalmente sobre a questão do aborto, gerou divergências entre esse grupo e o grupo predominante. Após intensas discussões através de assembleias, o tema aborto foi retirado com a prevalência de outros temas.

Segundo Joana Maria Pedro, Anette Goldberg, Rachel Soihet, Flávia Cópico Esteves e outras/os autoras/os que se debruçaram sobre a história do CMB, esse evento foi um divisor de águas, pois o Centro passou a integrar reivindicações das outras mulheres do grupo¹⁵⁶. Aliás, foi após esse evento, da publicitação de artigos nos jornais e das atuações de diversas mulheres e homens foi possível dar visibilidade à opressão que as mulheres estavam vivendo na sociedade como, por exemplo, aborto, sexualidade e violência.

¹⁵⁵ SOIHET, Rachel. Encontros e Desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB): ANOS 1970-1980. **Revista Gênero**. Niterói, Niterói, v. 7, n. 2, p. 235-253, 1. sem. 2007, p. 243.

¹⁵⁶ SOIHET, 2007, Idem, p. 246.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar esses dois momentos do feminismo e sua apropriação no Brasil, percebi que as questões políticas e educacionais foram amplamente utilizadas para visibilizar importantes pautas para as mulheres, principalmente através dos jornais e de entidades de cunho feminista ou não. Observei também que, apesar de absorver muitas das ideias colocadas no exterior, era impossível aplicar totalmente tais pautas e práticas ao cotidiano das/os brasileiras/os, por causa de uma cultura fortemente marcada por um passado escravagista e patriarcal e/ou por causa do contexto da ditadura civil-militar em que as/os brasileiras/os enfrentaram nas décadas de 1960 e 1970. Então a questão é: por que foi dessa forma?

Pela pesquisa feita, as estratégias utilizadas pelas mulheres dos países como os Estados Unidos, Inglaterra e França e pelas brasileiras foram às mesmas: a questão do sufrágio, da educação e da política, mas na prática, tais estratégias tiveram que ser adaptadas ao contexto brasileiro, perpetuando em algumas situações as pautas vindas do exterior e/ou surgindo outras pautas adaptadas aos contextos vividos pelas/os brasileiras/os, tanto na Primeira Onda como na Segunda Onda Feminista. Para melhor verificar essas práticas, utilizei algumas/ns autoras/es que trabalharam o tema “*feminismo*” em suas obras como é o caso de Céli Regina Jardim Pinto, Maria Amélia de Almeida Teles, Rachel Soihet, Branca Moreira Alves, Jaqueline Pitangy, Maria Lygia Quartim de Moraes, June Edith Hahner, Joana Maria Pedro, entre outras.

Através das leituras para esse trabalho, percebi que muitas/os autoras/os, fazem uma separação das lutas que emergiram nesses dois momentos importantes no feminismo. Ora, exaltando as conquistas pelo sufrágio, ora destacando seu ressurgimento na década de 1960 e 1970. A política, por exemplo, no primeiro momento do feminismo, era utilizada como forma para um bom andamento da sociedade, ou seja, a inserção da mulher no mundo público, mas sem deixar de lado as tarefas domésticas. É o que Céli Regina Jardim Pinto chama de feminismo bem comportado, liderado por Bertha Lutz e tem como questão a incorporação das mulheres como sujeitos portadores de direitos políticos, sem apresentar alteração das relações de gênero e, como já dito anteriormente, apenas um complemento para o bom andamento da sociedade.¹⁵⁷

¹⁵⁷ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 14-15.

As autoras que deram destaque a essa importante representante do sufrágio, foram Celi Regina Jardim Pinto, no clássico livro *Uma História do Feminismo no Brasil* e Rachel Soihet, no livro *O feminismo tático de Bertha Lutz* como foco em uma vida dedicada a defesa dos direitos políticos das mulheres; e como Branca Moreira Alves, no livro *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*, apesar do objetivo da pesquisa não ser centrada na figura de Bertha Lutz, a autora dedicou um subcapítulo a essa figura do feminismo brasileiro¹⁵⁸, dentre outras/os autoras/es. Assim, quando se fala nesse primeiro momento do feminismo, a personagem principal que costuma ser lembrada é Bertha Lutz, que mantinha um estreito vínculo com as autoridades, sejam políticas ou eclesiásticas.

Céli Regina Jardim Pinto também destaca, nesse período, o chamado feminismo malcomportado, expressado nas passeatas, nos enfrentamentos na justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro¹⁵⁹. As personagens principais desse tipo de feminismo seria Leolinda de Figueiredo Daltro e a anarquista Maria Lacerda de Moura.

Foi percebido pela Doutora em História Mônica Karawejczyk, no artigo *Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro*, que há poucos escritos sobre esta importante personagem do movimento feminista¹⁶⁰. Em via de regra, ela é lembrada em trabalhos acadêmicos a respeito do Movimento Sufragista no Brasil. Já em relação à Anarquista Maria Lacerda de Moura verifiquei que há uma extensa obra sobre sua vida e sobre seus pensamentos e escritos. Destaco o livro *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica* de Miriam Lifchitz Moreira Leite, as dissertações de mestrado *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura* de Liane Peters Richter e *Educação e Sociedade: Lições Pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)* de Denise Cristina Ferreira.

Quando as/os autoras/es falam desse período, focalizam nas protagonistas pelo sufrágio e pela emancipação das mulheres, como é o caso das representantes do feminismo, mesmo envolvidas em partidos e associações, como a PRF fundado por Leolinda de Figueiredo Daltro ou com a FBPF de Bertha Lutz. Ou seja, quando se fala desse período então é falar de suas vidas e de suas trajetórias por um ideal. Mas como descreve Céli Jardim Pinto, Bertha Lutz esteve intimamente ligada à tática do feminismo bem comportado¹⁶¹, já Leolinda de Figueiredo Daltro, mesmo tendo bons relacionamentos no meio político, era ridicularizada

¹⁵⁸ Outras autoras também dedicam uma parte dos seus escritos a Bertha Lutz.

¹⁵⁹ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 38.

¹⁶⁰ KARAJEJCZYK, 2013, Op. Cit., p. 66.

¹⁶¹ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 14-15.

pela imprensa por causa de suas táticas de enfrentamento, chamado de feminismo “mal comportado”. Esse tipo de feminismo não tinha afinidade com as camadas populares, já que, segundo Branca Moreira Alves¹⁶², não houve uma tentativa de aproximação, pois o movimento era caracterizado como elitista. Por isso, muitas mulheres, principalmente anarquistas, não se sentiam contempladas com as demandas pelo sufrágio. Esse distanciamento de demandas provocou o que Celi Jardim Pinto também chama de feminismo “malcomportado”, centrado nos questionamentos da exploração do trabalho. O movimento anarquista por sua vez, levantou questões que emergiram na segunda onda feminista, como o aborto, a contracepção e a livre união¹⁶³.

Esses movimentos, sufragistas como o anarquista, emergiram e coexistiram num período de transformações da sociedade brasileira. As mulheres desses dois movimentos lutavam pela emancipação feminina, mas divergiam nas ideias a respeito da mulher. Muitas das anarquistas não se identificaram com as lutas das sufragistas, por causa das diferenças de visão de como deveria ser a sociedade, pois o princípio da luta anarquista é a “[...] ênfase para abolição de todas as hierarquias de poder, [...] e tem suas raízes na luta de classe, nas lutas para derrubar o capitalismo”¹⁶⁴. As sufragistas, por sua vez, utilizavam o Estado para requerer demandas, ao contrário do pensamento anarquista, pois entre estas, muitas não quiseram se identificar ou não se identificaram como feministas.

Quando o movimento feminista emergiu, adotou uma das mais importantes pautas como sua luta, a educação. E os dois movimentos, sufragista e anarquista, lutavam pela emancipação da mulher através de uma educação igualitária entre mulheres e homens. Principalmente, uma educação para as mulheres voltada para a reflexão e não uma que fosse rasa e de pouca valorização perante o mercado de trabalho. As feministas da Primeira Onda como as da Segunda Onda não discordavam dessa pauta no movimento feminista e lutaram para que essa fosse vista como um meio de emancipação da mulher.

Vale ressaltar que a educação brasileira teve e tem um quadro nada animador perante outros países, como é o caso dos Estados Unidos da América, Inglaterra e França. Nesses países, no feminismo de Primeira Onda as mulheres estavam engajadas na luta pelo ensino superior, pois a educação básica já estava em plena ascensão. No caso brasileiro, esse acesso

¹⁶²ALVES, 1980, Op. Cit.

¹⁶³RAYNAUD, Jean-Marc e NOËL, Roger. **História do Anarquismo**. São Paulo: Faisca & Imaginário, 2008, p. 09.

¹⁶⁴HOGA, Deirdre. **Feminismo, classe e anarquismo**. 2009. Disponível em <<http://www.alquimidia.org/faisca/arquivosSGC/deirdre_feminismo.pdf>> Acesso em 11 de março de 2013, p. 7.

às letras para meninas ainda caminhava a passos lentos, como pode ser percebido através da Lei de Ensino, 15 de outubro de 1827, no Artigo 12º:

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do art. 7º.¹⁶⁵

Essa lei possibilitou que meninas pudessem frequentar escolas básicas, mas com uma educação limitada, voltada praticamente para as tarefas do lar como pode ser analisado pela frase de Maria Lygia Quartim de Moraes descrita a seguir: “Estudar, só se for para aperfeiçoar-se nos papéis de esposa e mãe.”¹⁶⁶, ou seja, a educação das mulheres brasileiras era voltada para as prendas domésticas e não para uma educação na qual estas pudessem refletir sobre os acontecimentos da esfera pública e do/para o trabalho.

Nos livros de June Edith Hahner¹⁶⁷, *Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940* e *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* a autora destaca que por muito tempo vigoraram no Brasil essas ideias de que uma mulher educada seria uma esposa e mãe melhor, pois elas moldavam os homens do amanhã e seriam companheiras melhores para seus maridos. Uma parcela dos homens era partidária desse ideal, ou seja, percebiam que a educação, com base na lógica patriarcal, era voltada para o lar e para o mundo doméstico.

Além de June Edith Hahner apontar essas limitações da educação feminina no Brasil¹⁶⁸, outras autoras também se expressaram sobre o acesso às letras nos primeiros estágios do feminismo. Constância Duarte, por exemplo, destaca essa lacuna:

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino).¹⁶⁹

¹⁶⁵http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html

¹⁶⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no feminino**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 498.

¹⁶⁷ No subcapítulo do livro, a autora dedica a esse assunto de uma educação específica para a mulher, ver: HAHNER, June Edith. Em busca de Educação, emprego e voto. In: *Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 123 a 133.

¹⁶⁸ Ver: HAHNER, 2003, Op. Cit., p. 123-127; HAHNER, 1981, p.32. Op. Cit., p. 32.

¹⁶⁹ DUARTE. Op. Cit., p. 152-153.

Quando se fala da Primeira Onda no Brasil, costuma-se falar da educação como fator para emancipação das mulheres. Principalmente, quando elas começaram a se apropriar das ideias vindas do exterior. Como as feministas estadunidense, inglesas e francesas, as mulheres brasileiras também solicitaram educação: a básica pelo contexto brasileiro e a universitária pela apropriação das ideias do exterior. Pode-se constatar essa apropriação pelos escritos de Nísia “*Floresta Brasileira*” Augusta, no seu livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* quando questiona

... no livro, o porquê de não haver mulheres ocupando cargos de comando, tais como de general, almirante, ministro de Estado e outras chefias. Ou ainda, porque não estão elas nas cátedras universitárias, exercendo a medicina, a magistratura ou a advocacia, uma vez que têm a mesma capacidade que os homens.¹⁷⁰

Conforme Constância Duarte, a educação foi um dos temas predominantes das obras de Nísia Floresta, como pode ser observado na citação abaixo e nos diversos textos sobre sua obra¹⁷¹:

A utopia feminista que moveu inúmeras mulheres no século XIX, na Europa e nas Américas, e via a educação como a condição primeira e fundamental para a libertação da mulher, da situação de opressão e de submissão em que se encontrava, também parece ter contaminado a obra de Nísia Floresta.

Percebe-se que além dessa luta pelo ensino básico empregado por uma parcela da elite, o campo universitário também foi outra forma de emancipação utilizada pelas mulheres, em sua maioria da classe média e alta. Novamente, June Edith Hahner constata essa pauta nas questões das mulheres, pois para a autora, o nível universitário servia praticamente para os rapazes terem uma profissão de prestígio e normalmente eles se formavam em direito e medicina¹⁷²; às mulheres, saber ler e escrever era mais que suficiente para serem boas esposas e mães. As mulheres perceberam a necessidade de lutar por um nível escolar maior, como as travadas nos países considerados matrizes do feminismo, e começaram a requerer também esse ensino mais específico, ou seja, uma educação para promover a emancipação feminina, utilizando os livros e a imprensa para esse propósito.

Os principais livros desse período eram voltados para o direito e para a educação e contra a inferioridade feminina, segundo Constância Duarte no artigo *Feminismo e*

¹⁷⁰ DUARTE, Constância L. **Nísia Floresta** - Coleção Educadores. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. v. 1. 166p. p. 13.

¹⁷¹ Ver diversos livros e artigos sobre Nísia Floresta. Constância Duarte é que tem escrito sobre essa mulher considerada a primeira feminista do Brasil.

¹⁷² HAHNER, 2003, Op. Cit., p. 134.

*Literatura: discurso e história*¹⁷³. Nísia “*Floresta Brasileira*” Augusta foi uma dessas mulheres que se aventuraram na literatura, no livro escrito por Constância Duarte, *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*, esta autora mostra isto.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, “[...] qualquer grupo com pretensão de se apresentar à sociedade com novas ideias buscava a imprensa para se expressar, para formar uma opinião pública a seu favor.”¹⁷⁴ Por isso, a imprensa foi o veículo mais utilizado pelas mulheres para requerer uma educação além da preparação doméstica e também para requerer o sufrágio feminino. Contudo, nos dois momentos do feminismo estudados, percebe-se que esses meios de comunicação foram muitas vezes feitos de forma artesanal e com solicitação de verbas para leitores para continuar sua circulação, além de que, eram dirigidos principalmente por mulheres. Era uma imprensa alternativa e em sua maioria não vista com bons olhos pela sociedade patriarcal. Muitas dessas mulheres que escreviam nesses jornais, nesse primeiro momento feminista, tendiam a esconder seus nomes para não sofrer escárnio. Poucas demonstravam coragem para enfrentar a sociedade.

Essa imprensa no primeiro momento do feminismo, em sua grande maioria, falava da educação das mulheres como meio para sua emancipação. O jornal *O Sexo Feminino*, por exemplo, tinha como meta a educação das mulheres, como pode ser visto em diversos de seus artigos¹⁷⁵. Mas com o advento da “*República*”, esse jornal como outros passaram a advogar pelo sufrágio feminino, principalmente com a volta da Bióloga Bertha Lutz ao Brasil e a criação da FBPF. Entretanto, o Feminismo de Primeira Onda destacou-se pelo sufrágio feminino, tanto através da imprensa como das entidades criadas para esse fim.

Comparativamente na Segunda Onda Feminista, a educação e a utilização da imprensa foram também primordiais para as questões das mulheres. Na Primeira Onda, como já dito anteriormente, a educação brasileira é deficitária em várias instâncias. Mesmo nos dias de hoje, muitas/os brasileiras/os não tem acesso à educação básica. Mas, a partir da Era Vargas, as/os brasileiras/os tiveram mais acesso a escolas por causa da *Reforma Capanema* (1942)¹⁷⁶ e as mulheres começaram a ter uma presença maior nas universidades na década de 1960.

Na década de 1960 e 1970 outras demandas estavam em jogo. Foi trazida para o espaço público, na frase de Simone de Beauvoir a questão do privado como luta política, mas pensando esse privado de forma diferente da Primeira Onda Feminista. Segundo a

¹⁷³ DUARTE, 2003, Op. Cit.

¹⁷⁴ PINTO, 2003, Op. Cit., p. 29.

¹⁷⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **O Sexo Feminino**. Minas Gerais:1873-1974.

¹⁷⁶ Reforma do sistema educacional feito na Era Vargas e comandado pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema em 1942.

Pesquisadora Ana Alice de Alcântara Costa, no artigo *O movimento feminista no Brasil: Dinâmica de uma intervenção política*, a ideia do político foi reinventada, pois pode “[...] romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem.”¹⁷⁷ As questões privadas, nessa Segunda Onda, seriam levadas ao patamar de maior importância das pautas feministas. O corpo e o prazer que nesse momento tornaram-se espaço de luta política, também seriam usados como acesso ao mundo público. As demandas do corpo passaram a ser discutidas de formas mais ampla, mesmo que a sociedade ainda tivesse fechada para esse tipo de assunto.

Com a instauração da ditadura civil-militar em 1964 a partir de um golpe de estado apoiados por setores dominantes e pelas políticas estadunidenses, o movimento feminista tomou novos rumos. Nesse jogo, as elites estavam exclusivamente ao lado dos militares, restando aos opositores do regime, a clandestinidade, principalmente com a instauração do AI5 a partir de 1968. Nesse bojo, muitas mulheres, principalmente pertencentes aos partidos de esquerda, se posicionaram contra o regime brasileiro vigente. Percebe-se então que a tática inaugurada por Bertha Lutz, no início do século XX que utilizava os meios políticos para requerer demandas para as mulheres, sem enfrentamento, já não comportava os anseios das mulheres das décadas de 1960 e 1970, feministas ou não.

Se compararmos com Primeira Onda, as décadas de 1960 e de 1970, o movimento feminista não teve como destaque uma protagonista, já que estavam centrados em partidos e associações. O movimento emergiu num contexto e falta de liberdades individuais e coletivas vivenciadas na ditadura civil-militar da época. Por isso, centrou-se em grupos contra a ditadura, pela luta para anistiar presos políticos e também nos grupos de reflexão/consciência frequentados por mulheres de classe média e alta durante seus anos fora do Brasil, proporcionados por viagens, estudos, exílios autoimposto para acompanhar seus companheiros e familiares ou quando forçadas a sair do país por causa da perseguição do governo ditatorial. Mas com a volta dessas exiladas e por causa do *Ano Internacional da Mulher* em 1975, o movimento que era em sua maioria da classe abastada, aproximou-se de outras classes sociais. Aspecto importante, pois na Primeira Onda Feminista essa aproximação era quase inexistente.

Ressalto também dois aspectos importantes das duas ondas feministas analisadas a seguir. Na Primeira Onda, as feministas que pertenciam em sua maior parte da classe média e

¹⁷⁷ COSTA, Op. Cit., p. 2.

alta centravam suas questões no direito ao sufrágio e não conseguiram se aproximar de forma contundente de outras classes e grupos. Contudo, o jogo virou na Segunda Onda Feminista.

Nesse período de cerceamento das liberdades, ocorreram conflitos dentro do Movimento Feminista que Joana Maria Pedro destaca no seu artigo *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)* como dicotomia de lutas gerais versus lutas específicas.

Como dito anteriormente, muitas das pautas de Primeira Onda permaneceram na Segunda Onda Feminista, outras foram transformadas e também surgiram novas demandas. Nesse segundo momento do feminismo emergiram diversos grupos que não se sentiam representados pelo Feminismo Liberal. As mulheres negras, a comunidade LGBT, dentre outros começaram a reivindicar representatividade, por isso, surgiram categorias como “Mulher”, “Mulheres”, “Gênero”, dentre outros, no interior do movimento feminista, para absorver esses anseios.

Portanto, o objetivo desse trabalho foi analisar as diferenças e permanências das ondas feministas e como elas foram assimiladas e transformadas tanto no final do século XIX e início do século XX como nas décadas de 1960 e 1970, em virtude dos contextos vividos pelas/os brasileiras/os, a partir de uma análise comparativa. Esse estudo possibilitou ver como as pautas feministas foram assimiladas pelas brasileiras nesses dois momentos importantes do feminismo. Por isso, utilizar a “História Comparada” e a categoria “Apropriação” para esse fim foi, a meu ver, a melhor estratégia para elucidar as questões que me propus a pesquisar. Ou seja, responder as questões: o que observar? Como observar? E principalmente, elucidar como foram apropriadas pelas brasileiras as pautas feministas que emergiram em países europeus e Estados Unidos.

A partir do que foi analisado, percebe-se que as pautas feministas foram apropriadas de forma diferente no caso brasileiro. Os contextos em que esse país vivia e vivem, permitiu essa apropriação das questões feministas de forma diferente de países como Estados Unidos, França e Inglaterra. Algumas pautas foram incorporadas, adaptadas, assim como surgiram outras necessárias ao contexto.

Vale ressaltar que o objetivo desse trabalho é contribuir de certa forma, para a história do feminismo no Brasil, pois, ainda há um longo caminho para o reconhecimento dos direitos das mulheres. É uma história rica em fontes e por isso, tentei contribuir com algumas questões importantes.

LISTA DE IMAGENS

DECLARATION OF SENTIMENTS

When, in the course of human events, it becomes necessary for one portion of the family of man to assume among the people of the earth a position different from that which they have hitherto occupied, but one to which the laws of nature and of nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of mankind requires that they should declare the causes that impel them to such a course.

We hold these truths to be self-evident; that all men and women are created equal; that they are endowed by their Creator with certain inalienable rights; that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness; that to secure these rights governments are instituted, deriving their just powers from the consent of the governed. Whenever any form of Government becomes destructive of these ends, it is the right of those who suffer from it to refuse allegiance to it, and to insist upon the institution of a new government, laying its foundation on such principles, and organizing its powers in such form as to them shall seem most likely to effect their safety and happiness. Prudence, indeed, will dictate that governments long established should not be changed for light and transient causes; and accordingly, all experience hath shown that mankind are more disposed to suffer, while evils are sufferable, than to right themselves, by abolishing the forms to which they are accustomed. But when a long train of abuses and usurpations, pursuing invariably the same object, evinces a design to reduce them under absolute despotism, it is their duty to throw off such government, and to provide new guards for their future security. Such has been the patient sufferance of the women under this government, and such is now the necessity which constrains them to demand the equal station to which they are entitled.

The history of mankind is a history of repeated injuries and usurpations on the part of man toward woman, having in direct object the establishment of an absolute tyranny over her. To prove this, let facts be submitted to a candid world.

He has never permitted her to exercise her inalienable right to the elective franchise.

He has compelled her to submit to laws, in the formation of which she had no voice.

He has withheld from her rights which are given to the most ignorant and degraded men—both natives and foreigners.

Having deprived her of this first right of a citizen, the elective franchise, thereby leaving her without representation in the halls of legislation, he has oppressed her on all sides.

He has made her, if married, in the eye of the law, civilly dead.

He has taken from her all right in property, even to the wages she earns.

He has made her, morally, an irresponsible being, as she can commit many crimes with impunity, provided they be done in the presence of her husband. In the covenant of marriage, she is compelled to promise obedience to her

husband, he becoming, to all intents and purposes, her master—the law giving him power to deprive her of her liberty, and to administer chastisement.

He has so framed the laws of divorce, as to what shall be the proper causes of divorce; in case of separation, to whom the guardianship of the children shall be given, as to be wholly regardless of the happiness of women—the law, in all cases, going upon the false supposition of the supremacy of man, and giving all power into his hands.

After depriving her of all rights as a married woman, if single and the owner of property, he has taxed her to support a government which recognizes her only when her property can be made profitable to it.

He has monopolized nearly all the profitable employments, and from those she is permitted to follow, she receives but a scanty remuneration.

He closes against her all the avenues to wealth and distinction, which he considers most honorable to himself. As a teacher of theology, medicine, or law, she is not known.

He has denied her the facilities for obtaining a thorough education—all colleges being closed against her.

He allows her in Church as well as State, but a subordinate position, claiming Apostolic authority for her exclusion from the ministry, and, with some exceptions, from any public participation in the affairs of the Church.

He has created a false public sentiment, by giving to the world a different code of morals for men and women, by which moral delinquencies which exclude women from society, are not only tolerated but deemed of little account in man.

He has usurped the prerogative of Jehovah himself, claiming it as his right to assign for her a sphere of action, when that belongs to her conscience and her God.

He has endeavored, in every way that he could to destroy her confidence in her own powers, to lessen her self-respect, and to make her willing to lead a dependent and abject life.

Now, in view of this entire disfranchisement of one-half the people of this country, their social and religious degradation,—in view of the unjust laws above mentioned, and because women do feel themselves aggrieved, oppressed, and fraudulently deprived of their most sacred rights, we insist that they have immediate admission to all the rights and privileges which belong to them as citizens of these United States.

In entering upon the great work before us, we anticipate no small amount of misconception, misrepresentation, and ridicule; but we shall use every instrumentality within our power to effect our object. We shall employ agents, circulate tracts, petition the State and national Legislatures, and endeavor to enlist the pulpit and the press in our behalf. We hope this Convention will be followed by a series of Conventions, embracing every part of the country.

Firmly relying upon the final triumph of the Right and the True, we do this day affix our signatures to this declaration.

SIGNERS OF THE DECLARATION OF SENTIMENTS SENECA FALLS • NEW YORK • JULY 19-20 • 1848

Barker, Caroline	Drake, Julia Ann	Jones, John	Mirror, Mary S.	Ridley, Martha	Stebbins, Catharine F.
Barker, Eunice	Eaton, Harriet Cady	Jones, Lucy	Mosher, Phoebe	Schooley, Azaliah	Taylor, Sophronia
Barker, William G.	Foot, Elisha	King, Phebe	Mosher, Sarah A.	Schooley, Margaret	Twksbury, Betsey
Bonnel, Rachel D. (Mitchell)	Foot, Eunice Newton	Latham, Hannah J.	Most, James	Scott, Deborah	Tilman, Samuel D.
Bunker, Joel D.	Frank, Mary Ann	Latham, Lovina	Mott, Lucretia	Segar, Annonette E.	Underhill, Edward F.
Burroughs, William	Fuller, Cynthia	Leale, Elizabeth	Mount, Lydia	Seymour, Henry	Underhill, Martha
Capron, E. W.	Gibbs, Experience	Martin, Elisha	Paine, Catharine C.	Seymour, Henry W.	Vail, Mary E.
Chamberlain, Jacob P.	Gilbert, Mary	Martin, Mary	Palmer, Rhoda	Seymour, Malvina	Van Thesel, Isaac
Conklin, Elizabeth	Gidd, Lydia	Mathews, Delia	Phillips, Saron	Shaw, Catharine	Whitney, Sarah
Conklin, Mary	Hallowell, Sarah	Mathews, Dorothy	Pitcher, Sally	Shear, Stephen	Williams, Maria E.
Culvert, P. A.	Hallowell, Mary H.	Mathews, Jacob	Plant, Hannah	Sisson, Sarah	Williams, Justin
Davis, Cynthia	Hatley, Henry	McClintock, Elizabeth W.	Porter, Ann	Smallbridge, Robert	Wood, Sarah R.
Deil, Thomas	Hoffman, Sarah	McClintock, Mary	Post, Amy	Smith, Elizabeth D.	Woodward, Charlotte
Deil, William S.	Hoskins, Charles L.	McClintock, Mary Ann	Pryor, George W.	Smith, Sarah	Woodworth, S. E.
Doy, Elias J.	Hunt, Jane C.	McClintock, Thomas	Pryor, Margaret	Spalding, David	Wright, Martha C.
Doy, Susan R.	Hunt, Richard P.	Metcalf, Jonathan	Quinn, Susan	Spalding, Lucy	
Douglas, Frederick	Jenkins, Margaret	Milliken, Nathan J.	Race, Rebecca	Stanton, Elizabeth Cady	

This Declaration of Sentiments is reprinted from "Report of the Woman's Rights Convention held at Seneca Falls, N.Y. July 19th & 20th, 1848."

Declaração dos Sentimentos, SenecaFall, 1848

<http://www.womensrightsfriends.org/1848.php>

FONTES

Jornais

Jornal Brasil Mulher

Jornal Nós Mulheres

Jornal O Sexo Feminino,

Jornal A Plebe

Publicações, artigos e excertos.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de fevereiro de 1891). Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 15 de março de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassane (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2.ed, 2010.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo**: A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1980.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?**: Rio de Janeiro - Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, Ltda, 1989.
- BORGES, Joana Vieira. **Para além do “torna-se”**: ressonância as leituras feministas de o Segundo Sexo no Brasil. Dissertação (Mestre em História). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90067>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (Coleção O Brasil Republicano volume 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª edição. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. Comunidades de leitores. In: **A Ordem dos Livros**: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- _____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- DESCARRIES, Francine. Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural. (Tradução Tânia Navarro Swain – Universidade de Brasília). **Textos de História**, vol. 8, nº1, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff; Ana Maria Veiga. (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, v. 1.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta** - Coleção Educadores. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. v. 1. 166p.

_____, Constância Lima. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Série Feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

FÉLIX, Marilene e RIBAS, Ana Claudia. **Feministas e Anarquistas: dois movimentos, uma luta**, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4ª Edição. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte, 2006. Coleção História &...Reflexões.

GURGEL, Telma. **Feminismo e Políticas Públicas na América Latina**. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAHNS, Cláudio e SINGER, André. **ERA VARGAS: Tempo de Revolução**. Secretária do Estado da Cultura do Governo de São Paulo. Gênero: Documentário. São Paulo: Cinefilmes, 1990. Disco 1.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. p. 398. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História – Linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. São Paulo: Max Lemonad, 2002.

LUCAS, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL. Brasília: INEP, 2003.

MENDES, Samanta C. **O feminino no Anarquismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889-1930)**. 2010. p. 254. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Franca 2010.

MICHAELIS. **Dicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me!” Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. Uberlândia. Dissertação (Mestre em História – Área de Concentração: História Social). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 495-515.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Campinas. Tese de Livre-docência. Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996.

MUZART, Z. L. (Org.); Mariana Coelho: **A evolução do feminismo: subsídio para sua história**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Governo do Paraná, 2002. v. 1.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (Org.); VEIGA, A. M. (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

_____. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff. (Org.). **Gênero Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

_____; PINSKY, C. B.. Igualdade e especificidade. In: Jaime Pinsky; Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, v., p. 265-309.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira**. Santo Antônio do Paraíso (PR). Produção Didático-Pedagógica composta por uma Unidade Temática. Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Programa de Desenvolvimento Educacional – Paraná.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras Falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Editora ANNABLUME, 2007.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar e a Resistência Anarquista (Brasil 1890-1930)**. 4ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2014.

_____. **Anarquismo e feminismo no Brasil, a audácia de sonhar: memória e subjetividade em LuceFabbri**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2007.

RAYNAUD, Jean-Marc e NOËL, Roger. **História do Anarquismo**. São Paulo: Faísca & Imaginário, 2008.

REZENDE, Neide Luzia de. Entre o desejo e a norma: a despenalização do aborto no Uruguai, 1934-1938. In: Albertina de Oliveira COSTA (org.). **Direitos tardios. Saúde,**

Sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: FCC/Editora 34, 1997.
(Tradução/Outra).

RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária:** Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira:** direitos políticos e civis. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1982.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SCHUMAHER, Maria Aparecida e BRASIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 249-250.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), UFSC, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

_____. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu.** (16) 2001

SOARES, Ana Luiza Timm. **Inventando Gênero:** Feminismo, Imprensa e Performatividades Sociais na Rio Grande dos “Anos Loucos” (1919 a 1932). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2010.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia:** (1964-....). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil 3).

_____. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz.** Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.

TELES, Amelinha e LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). Coleção Entregêneros (Dirigida por Margareth Rago). São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A Revolução das Mulheres:** Um balanço do feminismo no Brasil. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História** (Impresso), v. 27, p. 19-38, 2007.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Edição comentada do clássico feminista. 1º Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Referências Eletrônicas

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf>.

ALMEIDA, Helena. **O Feminismo na América Latina**: Influência na Ascensão da Mulher ao Poder Político. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), 2010. Disponível em: <<http://unibhri.wordpress.com/discentes/monografias/2010-2/>> Acesso em: 01 jun. 2015.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 1-30, jun/2007. Disponível em: <<http://www.hcomparada.ifcs.ufjf.br/revistahc/revistahc.htm>> Acesso em: 01 ago. 2015.

Brasil Mulher. São Paulo: Associação de Mulheres, 1975-1979.

CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1877 - 1944). São Paulo, Difel, 1979, pp. 31-32. In: Trabalho e Vida Operária no final Século XIX no Brasil. **Ágora Revista Eletrônica**, nº5, v. 9. Dezembro. Disponível em <www.agora.ceedo.com.br>. Acesso em 25 set. 2015.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de fevereiro de 1891). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acessado em: 03 fev. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <revistagenero.uff.br> Acesso em: 12 2016.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. <Disponível em: <http://www.dicio.com.br/movimento/>>, Acesso em 08 mar. 2016.

Dicionário do Aurélio. <Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/movimento>> Acesso em 08 mar. 2016.

DINIZ, Francisca S. da M. A educação da mulher. In: **O Sexo Feminino**. Cidade da Campanha (MG), 07 Set. 1873. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O Quinze de Novembro. **O Quinze de novembro do Sexo Feminino**. Rio de Janeiro, 15 de dez. de 1889. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. **O Sexo Feminino**. Minas Gerais: 1873-1874. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista de Estudos Feministas**, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015> .
Acesso em: 02 fev. 2016.

DUARTE, Constância Lima. Mulher e Escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil. Pontos de Interrogação n. 1. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Universidade do Estado da Bahia**, Campus II – Alagoinhas, 2011. Disponível em <www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/v1n1/v1n1-73-84.pdf> Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. "Feminismo e literatura: discurso e história." O Eixo e a Roda: **Revista de Literatura Brasileira** 9 (2003): 195-219. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3167>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados da USP**. São Paulo, v.17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/eav/article/view/9950/11522>>. Acesso em: 19/04/2015.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Ana Eurídice de Barandas. *Revista Travessia*. Florianópolis, v. 23, 1990. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br> Acesso em: 01 jun. 2015.

HOGA, Deirdre. **Feminismo, classe e anarquismo**. 2009. Disponível em <<http://www.alquimidia.org/faisca/arquivosSGC/deirdre_feminismo.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Código Eleitoral: Decreto nº 21.076 de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 14 de Abril de 2016.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. **Um breve olhar acerca do Movimento Feminista**. Bauru: Universidade Estadual Paulista – UNESP. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

M. Notas Internacionaes. **A Plebe**, São Paulo, 28 jun. 1917, Anno I, Num. 7, p.4. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/7047>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel Rosan Christino. A evolução dos direitos da mulher. **Colloquium Humanarum Revista Científica da Unoeste**. Presidente Prudente, v. 4, n.1, p. 74-90, jun. 2007. Disponível em: <revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch> Acesso em: 01 jun. 2015.

MENDES, Samanta C. MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel RosanChristino. A evolução dos direitos da mulher. **Colloquium Humanarum Revista Científica da Unoeste**. Presidente Prudente, v. 4, n.1, p. 74-90, jun. 2007. Disponível em: <revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch> Acesso em: 01/06/2012.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online**. <Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>> Acesso em 08 mar. 2016.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Org.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. (Coleção Bahianas; v. 5). Salvador: Núcleo de

Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEIM FFCH/UFBA, 2000. Disponível em: < <http://www.neim.ufba.br/site/publicacoes.php>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

NAKAMURA, Mariany Toriyama e GRIPPA, Giulia. Fontes orais e o método de análise fotográfica oral: perspectivas de atuação do profissional da informação. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.6, n.9, p.77-101, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/6635/7025>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

NASCIMENTO, Mirian A. Mulheres que militam e o uso das categorias feminismo, mulher, mulheres e relações de gênero (1975-2008). In: **I Seminário Internacional de História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis. ANAIS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. Florianópolis: UDESC, 2011, v. 1. p. 1534-1540. Disponível em: < <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/378/300>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. O feminismo e os muros de 1968, no Cone Sul. **Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, n. 26-1, p. 59-82, 2008. Disponível em: <www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 249, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000200011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 18, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

Programa Resistir é preciso. Entrevista com Therezinha Zerbini. Disponível em:<<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>> Acesso em 15 abr. 2016.

RUY, Carolina Maria. **1968**: tempo do movimento operário no mundo . Disponível em: <http://www.fsindical.org.br/portal/institucional.php?id_con=9436>. Acesso em 06 abr. 2015.

Sarti, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido; **XXI Congresso Internacional da LASA**, 1998. Disponível em:< <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. Jul/dez., 1995.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical: pensamento e movimento. **Revista Travessias**. Vol. 2, n.º 3, 2008. Disponível em: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO_RADICAL.pdf. Acesso em 14 mar. 2016.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia** (UESB), v. 8, p. 223-231, 2008. pág. 206-207. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SOUZA, Cássia Regina da Silva R. Periódicos Feministas do Século XIX: um chamado à resistências feminina. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**, 2012. Disponível em: <<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org.pdf>> Acesso em 20 abr. 2015.

THEML, Neyde e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: Olhares Plurais. **Revista de História Comparada**, v. 1, n.º 1. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

TORRES, Maximiliano Gomes. Desafios do feminismo: um movimento sempre em movimento (teoria, prática e política). **Casa de Machado - Revista do Departamento de Letras**, v. 1, p. 96-123, 2011. Disponível em: <http://famanet.br/scriptio/wp-content/uploads/revistas/desafios_%20do_feminismo_um_movimento_sempre_em_movimen-to_teorica_pratica_e_politica.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

VARGAS, Mariluci Cardoso. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: **IX Encontro Estadual de História - Vestígios do passado a história e suas fontes**, 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf> Acesso em: 15 nov. 2015.

WOITOWICZ, Karina Janz e PEDRO, Joana Maria. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Revista Espaço Plural**. Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574/2833>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ZERBINI, Therezinha. Entrevista. In: Programa Resistir é preciso. São Paulo: TV Brasil. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>> Acesso em: 15 abr. 2016.